



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO UNILEÃO
CURSO DE BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

EVALEINE TAVARES DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO
OCUPACIONAIS: GRUPO DE DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CRAS
TIMBAÚBA – JUAZEIRO DO NORTE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

EVALEINE TAVARES DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO
OCUPACIONAIS: GRUPO DE DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CRAS
TIMBAÚBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à comissão nomeada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UNILEÃO, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. M^a Clara Oliveira Figueiredo

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

EVALEINE TAVARES DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO
OCUPACIONAIS: GRUPO DE DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CRAS
TIMBAÚBA.**

APROVADO POR:

Prof^a. Orientadora: Maria Clara Oliveira Figueiredo
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO

Prof. Ms. Reginaldo
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO

Ms. Adão Pedro dos Santos

Dedico esse trabalho em especial aos meus pais Tereza e José Ribamar que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando ao longo de toda minha trajetória, sem eles não seria possível, se cheguei até aqui foi por eles e para eles, a quem devo minha vida, minha formação, a qual amo incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu tudo isso ao longo da minha vida, não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos, ele é o maior mestre. Gratidão imensa a Deus pela família maravilhosa, dentre ela uma irmã que decidiu seguir junto comigo essa caminhada, todos os dias desses anos me deu força para que eu não desistisse, estando ali dentro da mesma sala de aula, me apoiando para que chegasse esse grande dia e nossos pais se orgulhasse da gente, logo, logo será você o orgulho.

Grata em especial ao meu pai que foi a força maior para que hoje eu pudesse realizar esse sonho, onde financeiramente segurou todas as barras para que eu não saísse da Universidade.

Agradecer a Deus por ter colocado anjos em minha vida onde um deles é Janaina Taveira a pessoa a qual confia e sempre acreditou no meu potencial quando nem eu mesma acreditava, me fez crescer profissionalmente e como pessoa. Foi ela que sempre disse “conte até 10 sempre que algo desagradável acontecer, que você verá que tudo se tornará melhor”, em todas nossas conversas ela diz que se parece comigo quando estagiária, gostava de questionar e aprender, devo boa parte de tudo isso que está acontecendo a ela, pessoa a quem me inspiro e admiro imensamente, construí laços para uma vida toda, uma amiga que sei que posso contar sempre, obrigada por tudo de coração.

outro anjo é Adão Pedro que o destino colocou na minha vida por um acaso, tive a honra de tê-lo como meu técnico de estágio onde aprendi muito, no qual me deu espaço naquele equipamento para que eu pudesse crescer junto com ele e aprender sempre mais, a pessoa a quem eu agradeço imensamente cada letra posta em meu TCC se não fosse ele nos bastidores comigo não tinha sido possível, obrigada por tudo, por cada palavra de carinho, por sempre dizer que eu iria conseguir, iria arrasar e que confiava em mim, não tenho palavras para descrever o quanto sou grata a você e quanto você foi especial nesse ciclo da minha vida.

Não podia deixar de agradecer a Janaina Gonçalves, um ser humano incrível, adorável que tive o prazer de conhecer e aprender muito, foram criados laços que carregarei para toda minha vida.

Agradecer a minha prima Lurdinha e meu grande amigo Michael pessoas que quando eu estava exausta da Universidade, estavam ali prontos para espalhar comigo.

A todos vocês que desacreditaram de mim e sempre me diziam que eu não iria conseguir, vocês foram as maiores forças para que eu lutasse todos os dias e conquistasse esse sonho.

Agradecer a pessoa que mais me inspiro e a quem eu dedico tudo, minha companheira de todas as horas, ela que ficava até tarde comigo para que eu ensaiasse meus trabalhos da Universidade, foi a força para que eu não desistisse, motivando para que eu fosse capaz de conquistar isso e muito mais, a ela devo tudo que hoje me tornei Alane de Sousa dedico tudo isso a você e aos meus pais. Sem vocês eu não seria nada.

A todos os meus professores do curso de Serviço Social da UniLeão, pela experiência da qualidade técnica de cada um, foram eles que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias e em especial a minha Orientadora Professora Maria Clara que acreditou na minha proposta de projeto e suas valiosas indicações fizeram a diferença.

RESUMO

Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia um LGBT é morto a cada 20 horas no Brasil, mesmo com ações afirmativas acontecendo em todo país ainda é um desafio a garantia dos direitos. Instituições públicas têm articulado políticas públicas visando à educação e o combate a violência na perspectiva de criminalizar a Homo-lesbo-bi-trans-fobia. Assim surge o Núcleo de Diversidade e Gênero vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho de Juazeiro do Norte, com a finalidade de atuar nos territórios dos Centros de Assistência Social – CRAS, com as famílias que vivem em vulnerabilidade social. Como objetivo Geral buscamos compreender como se dá o processo de construção do debate sobre gênero no Brasil. Dos objetivos específicos apresentamos três: Discorrer sobre o percurso histórico do movimento LGBT e suas formas de enfrentamento, Analisar a cidadania como processo de mudança e transformação na luta pela diversidade; e Refletir sobre os desencadeamentos que se dão dentro do Serviço Social frente a resolutividade das demandas advindas das opressões de gênero. Vindo a encontro desses objetivos vamos verificar as políticas públicas para a diversidade junto ao Núcleo de Diversidade e Gênero e contribuir com o debate de gênero nos espaços sócio ocupacionais: grupo de discussão da diversidade sexual e analisar as políticas institucionais direcionadas a população LGBT. A metodologia inicial foi a participante, e posteriormente foi utilizada à pesquisa bibliográfica exploratória com uma análise documental dos registros oficiais e relatórios das políticas desenvolvidas e participação em eventos LGBT. Chegou-se a resultados que mostram que são pioneiras as políticas para o público LGBT no município de Juazeiro do Norte, ações educativas e orientações de direitos têm impactado as comunidades com empoderamento de muitos LGBT. O Núcleo de diversidade e gênero dialoga com o Conselho Municipal de Direitos LGBT na perspectiva de construir uma agenda comum, pois diante dessas ações institucionalizadas surgem muitos desafios e problemáticas relativas à violência com o público LGBT.

Palavras-chave: Diversidade, Políticas Públicas, LGBT.

ABSTRACT

According to the Gay Group of Bahia report a LGBT is killed every 20 hours in Brazil, even with affirmative action taking place across the country is still a challenge to guarantee rights. Public institutions have articulated public policies aimed at education and combating violence with a view to criminalizing Homo-lesbo-bi-trans-phobia. Thus arises the Center for Diversity and Gender linked to the Secretariat of Social Development and Labor of Juazeiro do Norte, with the purpose of working in the territories of the Social Assistance Centers - CRAS, with families living in social vulnerability. As a general objective we seek to understand how the process of building the gender debate in Brazil takes place. From the specific objectives we present three: Discuss the historical course of the LGBT movement and its ways of coping, Analyze citizenship as a process of change and transformation in the struggle for diversity; and Reflect on the triggers that occur within the Social Work in face of the resoluteness of the demands arising from the gender oppressions. Meeting these goals we will look at public policies for diversity with the Diversity and Gender Center and contribute to the gender debate in the social occupational spaces: discussion group on sexual diversity and analyze the institutional policies directed to the LGBT population. The initial methodology was the participant, and later it was used the exploratory bibliographic research with a documentary analysis of the official records and reports of the developed policies and participation in LGBT events. Results have been found to show that LGBT policies are pioneering in the municipality of Juazeiro do Norte, educational actions and rights guidance have impacted the communities with the empowerment of many LGBTs. The Nucleus of Diversity and Gender dialogues with the LGBT Municipal Council on the perspective of building a common agenda, because in face of these institutionalized actions arise many challenges and problems related to violence with the LGBT public.

Keywords: Diversity, Public Policy, LGBT.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AADECHO	Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos Homossexuais.
ABEMAVI	Associação Beneficente Madre Maria Villae.
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis.
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
BPC	Benefício de Prestação Continuada.
CIS	Cisgênero.
CNJ	Conselho Nacional de Justiça.
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos.
GALOSC	Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis.
LGBT	Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social.
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
MORHAN	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase.
PAIF	Programa de Atenção Integral às Famílias.
PNAS	Política Nacional de Assistência Social.
PNHD	Plano Nacional de Direitos Humanos.
PPA	Plano Plurianual.
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
SDH	Secretária de Direitos Humanos.
SEDEST	Secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho.
SEDH	Secretária Especial de Direitos Humanos.
SEDH/PR	Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência.
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação.
STF	Supremo Tribunal Federal.

SUAS	Sistema Único da Assistência Social.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso.
VIDAH	Valorização do Indivíduo e Defesa do Aprimoramento Humano.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CAPÍTULO 1 – PROCESSO DA LUTA SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO JUNTO A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA POLÍTICA NO BRASIL	13
2.1 Emancipação política e humana da população LGBT: breve análise.....	13
2.2 Direitos Humanos e Diversidade Sexual.....	15
2.3 Trajetória social do movimento LGBT no Brasil.....	20
2.4 Processo de mudanças no seio da Política Social no Brasil.....	24
3. CAPÍTULO II - AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROJETOS POLÍTICOS, DIREITOS HUMANOS, TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E CIDADANIA LGBT	25
3.1 Construção do Projeto ético Político do Serviço Social.....	25
3.2 Política de Assistência Social voltada para a População LGBT na Contemporaneidade.....	27
3.3 Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Especificidades da Política de Direitos Humanos na promoção da população LGBTs no Brasil.....	32
3.4 A Política de implantação dos Centros de Referencias da Assistência Social-CRAS	36
4. CAPÍTULO III – JUAZEIRO DO NORTE/CE, INTERVENÇÃO SOCIAL, DIREITOS LGBT E COMBATE A VIOLÊNCIA	37
4.1 A Caracterização dos equipamentos e projetos de inclusão na Assistência Social de Juazeiro do Norte.....	40
4.2 Conselho LGBT.....	43
5. METODOLOGIA	44
5.1 Problemática.....	44
5.2 Definição da Pesquisa.....	44
5.3 Objetivos.....	46
5.4 Caracterização da Instituição da Pesquisa.....	46
5.5 O Núcleo de Diversidade e Gênero de Juazeiro do Norte: Resultados e Discussões...	48
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1. INTRODUÇÃO

É necessário que compreendamos como se dão as estruturas de poder dentro da sociedade brasileira, pois só assim podemos depreender quais elementos constituem as relações sociais e de gênero e desse modo captar criticamente a sua essência.

É sabido que o patriarcado, um sistema social de dominação baseado na figura do homem como central nas decisões e espaços de poder, impõe uma série de requisitos aos papéis sociais que giram em torno da figura do homem e da mulher, construindo assim uma norma ao que tange os comportamentos das pessoas. Inculcando/forçando a entender que o sexo biológico é elemento determinante para definir a orientação sexual e identidade de gênero, muito embora na ciência já se sabendo que os órgãos reprodutores feminino e masculino não condicionam por si só a construção da pessoa como ser no mundo.

Esse conjunto de meios simbólicos e de coerção se aglutinam e são chamados de padrões heteronormativos¹. São estes padrões de ser que impedem a liberdade para experienciar a sexualidade, delimitando o que pode ou não ser feito. Nossa educação sexista, pautada em divisão comportamental, que acaba por formar adultos e inseri-lo nos espaços de convívio social, não se encontrando preparados para respeitar e conviver com o que difere da conduta que a sociedade impõe. Diante disso as pessoas que “fogem” à padronização imposta são alvo de preconceitos, são agredidas e excluídas do convívio social saudável e relegadas as mais degradantes situações para sobreviver, fazendo parte das estatísticas de mortes da população LGBT².

Esta pesquisa de conclusão de curso se mostra como um meio de analisar a trajetória do movimento LGBT, seus componentes sociais e políticos, bem como suas mais variadas formas de atuação para descortinar preconceitos, tal qual uma que me redirecionou o olhar para essa temática, que é a articulação de grupos de debates dessas relações de gênero espalhados pela rede de equipamentos da política da Assistência Social, mais especificamente o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Um espaço dentro de um equipamento socioassistencial, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, sendo um serviço da Proteção Básica dentro do Sistema Unificado de Assistência Social. Em especial o

¹ Etimologicamente, a palavra “hétero” em grego significa “diferente” e “norma” se traduz do latim para “esquadro”. Expressa um conjunto de ações, relações e situações praticada por pessoas de sexos opostos.

² Aqui lê-se Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Termo aprovado no ano de 2008 na Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, no Brasil, para discutir sobre direitos humanos e sobre políticas que atendessem as demandas do grupo minoritário.

grupo de discussão da diversidade sexual do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Timbaúba, Juazeiro do Norte, Ceará.

O problema da pesquisa gira em torno de analisar como espaços de debates influenciam e influem nas relações vivenciadas por essas pessoas em seu cotidiano, bem como ponderar os condicionantes da atuação profissional do assistente social no grupo de discussão; e explorar como as atividades de discussão contribuem para mudança no quadro de vulnerabilidade ao qual estes sujeitos estão submetidos.

A importância da pesquisa se finca no sentido de que, mediante tamanho desmonte das políticas sociais e com maiores impactos na política de Assistência, se mostra fundamental analisar/perceber se estes equipamentos, com seus respectivos serviços, estão trabalhando numa perspectiva emancipadora ou se estão corroborando para práticas “abandonadas” pela profissão, baseadas em assistencialismo e trabalhadas de modo superficial.

Assim sendo, os objetivos desta pesquisa são no sentido de investigar os elementos que constroem as formas de enfrentamento da população LGBT, suas demandas, como se dão os espaços promovidos para este grupo e diante disso observar quais os rebatimentos no cotidiano do grupo e se, de fato, estas as práticas recorrem para a emancipação do usuário.

Para se atingir os objetivos acima propostos a pesquisa será norteadada pela abordagem dialética e qualitativa, tendo ponto de partida a pesquisa bibliográfica, descritiva, de campo e participativa. Os quais são relevantes podendo aqui ser citados, a saber: Compreender como se dá o processo de construção do debate sobre gênero no Brasil, Discorrer sobre o percurso histórico do movimento LGBT e suas formas de enfrentamento; Analisar a cidadania como processo de mudança e transformação na luta pela diversidade; e Refletir sobre os desencadeamentos que se dão dentro do Serviço Social frente a resolutividade das demandas advindas das opressões de gênero.

Me aproprio da história do Brasil e dizer que o mesmo foi erguido/construído em moldes de uma cultura europeia, baseada em valores, crenças e costumes de uma outra nação. Tendo estas bases cristãs repletas de repressões de cunho moral para com comportamentos que fugissem da ordem estabelecida. Portanto, ousar se relacionar com pessoas do mesmo sexo ou mesmo não aceitar seu corpo biológico como sendo seu, se mostra como uma grande afronta aos costumes e valores ditos tradicionais.

É sabendo disso que se justifica este trabalho, na tentativa de descortinar um conjunto de conceitos acerca dessa temática, no sentido de “despatologizar identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais (...)”. CANABARRO (2013). É necessário fomentar o debate para que direitos fundamentais, direitos humanos, não sejam agredidos e deturpados.

A justificativa para este projeto de pesquisa se finca no surgimento do interesse na temática, eu estando participante do grupo de discussão sobre gênero no Centro de Referência a Assistência Social do bairro Timbaúba como articuladora; bem como para compreender como se dão as relações de gênero nas estruturas heteronormativas que regem nossa sociedade. No grupo de estudo eu pude me questionar ao que se refere aos padrões normativos de ser, no que tange as orientações sexuais e opção de gênero e assim quis entender a fundo como se dá o enlace dessas relações no cotidiano dessas pessoas.

Reafirmo a necessidade de compreensão mais detalhada no sentido de promoção de debates dentro da categoria profissional para caminhar em direção a construção de ações mais concretas para com este grupo minoritário no que dita aos direitos. Dado que as expressões da Questão Social provenientes do modo de produção capitalista são objeto de nossa intervenção e assim sendo é uma temática de bastante relevância para o embasamento de nossa atuação; também se fundamenta no anseio de apreender acerca dos rebatimentos desse debate para a compreensão crítica da realidade e de seus determinantes.

É tão importante como as demais justificativas, pela relevância do estudo dessa temática para a sociedade acadêmica, para desconstruir pré-conceitos construídos historicamente em torno dessa população e para que o profissional em Serviço Social possa compreender mais a fundo as bases dessa estrutura a fim de concretizar tanto os princípios do código de ética como o projeto ético político da profissão.

2. CAPÍTULO 1 - PROCESSO DA LUTA SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO JUNTO A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

2.1 Emancipação Política e Humana da População LGBT: breve análise.

Dentro da tradição marxista existem algumas significações quanto aos conceitos de emancipação política e emancipação humana possuindo estes, características diversas. Assim sendo, se faz necessário um breve caminhar sobre a concepção destes dois conceitos, para então analisa-las como mecanismos propulsores de possibilidades ou de controle.

Compreendendo aqui a política como locus de disputa de interesses, mas também como espaço de concretude de resolução de demandas da “classe-que vive do-trabalho” (ANTUNES, 1999, pág. 101). Souza e Domingues comentam que:

A emancipação política é a da burguesia (parcial), da exploração do homem pelo homem, da sociedade de classes e a emancipação humana é a do proletariado (universal), da superação da exploração do homem pelo homem, ou seja, a que elimina a sociedade de classes. (SOUZA; DOMINGUES, 2012, pág. 69)

Ou seja, é por meio da política, espaço de disputa de interesses da burguesia e do proletariado, onde os direitos conquistados através dessas políticas são considerados como emancipação política, possíveis apenas dentro da ordem capitalista, pois a forma concreta destes direitos – civis, políticos e sociais- será em todo tempo permeada pelos embates entre o capital e o trabalho.

A emancipação política é um fenômeno que surge na transição do feudalismo para o capitalismo, sendo marcado por uma série de transformações voltadas às mudanças nas relações do binômio economia/política. Estas relacionadas à mudança do regime feudal para um novo modelo econômico – proposto/desenvolvido pela burguesia. Não eliminando o sistema de classes, nem tampouco promovendo a emancipação. Para Tonet:

A emancipação política é um processo que ocorre na transição do feudalismo ao capitalismo. Este processo é marcado, essencialmente, pela reconfiguração das relações entre as dimensões econômica e política existentes no sistema feudal, com óbvios reflexos e determinação recíproca com todos os outros aspectos da realidade social. (TONET, 2015, pág. 280).

Resulta assim do confronto entre capital e trabalho a incumbência de realizar ações, na figura do Estado e instituições, para amenizar as expressões da questão social, que são fruto da relação desse binômio. Podemos perceber aqui as políticas sociais como resultado das disputas entre capital e trabalho/ burguesia e proletariado, desse modo, não sendo meras concessões, mas sim, resultados das correlações de forças postas, por isso, em dado momento, elas contribuem mais para a defesa da luta dos trabalhadores ou mais para os interesses do capital.

Mesmo observando a limitação da política (emancipação política), devido a ontologia do Estado mesmo, no sentido de que estas políticas sempre estarão sujeitas aos entraves postos reprodução do capital, ainda assim se constitui como elemento importante progresso na constituição histórica das sociedades. Esta forma de “liberdade” não simboliza o estágio pleno de gozo dos direitos, mas sim como a última “etapa” para a emancipação humana. Pois esta, de acordo com Souza e Domingues (2012), “a emancipação política é a emancipação do Estado e não elimina as contradições da sociedade.”

Do mesmo modo que a emancipação política tem seu elemento principal a forma do trabalho assalariado, para Tonet (2012), “a emancipação humana tem como seu fundamento

outra forma de trabalho, o trabalho associado”. Pois a forma de trabalho é livre, pressupõe também que, pelo fato de o trabalhador estar a par de todo o processo produtivo/ produto final esta forma de trabalho seria consciente, coletiva e universal. Se pode observar que a liberdade política não se constitui assim um estágio final da emancipação do homem, pois, para que esta se “concretizar” como emancipação humana as bases de exploração do homem pelo homem deveriam deixar de existir, bem como as mazelas provenientes do modo de produção capitalista. Eliminando assim as formas de exploração como nós conhecemos e permitindo aos indivíduos a liberdade plena para desenvolver suas potencialidades.

Destarte, se analisa aqui que, as políticas sociais não se constituem como mola propulsora para a emancipação humana, pois estão prontas a trabalhar no nível raso das desigualdades, não indo ao seu cerne, de fato. Servindo para responder as demandas cotidianas, ou seja, apenas no nível de emancipação dos direitos.

Em vista disso, a emancipação humana não se daria por meios institucionais - que é onde se dão também as políticas sociais -, mas sim por meio de uma revolução do proletariado. Implicando destituição das bases do Estado burguês. Souza e Domingues (2012), “ressaltam que, assim, o instinto social do proletariado não pode ser falseado na revolução meramente política que leva ao fortalecimento do Estado burguês, mas realizado em uma revolução social.” Depreendendo aqui que esta revolução social deveria/deve ser o objetivo máximo da classe trabalhadora, pois está se mostra como única forma de transformar a sociedade, de fato humana. Estes autores, seus conceitos e discussões nortearão a presente pesquisa, contribuindo para o alcance de objetivos da mesma.

2.2 Direitos Humanos e Diversidade Sexual

As reivindicações por direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais conquistaram força após sua organização social em meados da década de 60 e 70 nos EUA e na Europa Ocidental, estendendo-se posteriormente por outras regiões do mundo. A Revolta de Stonewall³, como ficou conhecido o episódio considerado fundador do Movimento LGBT, conquistou o status de marco político do Movimento Homossexual em âmbito internacional.

³ Evento político considerado marco do Movimento LGBT. Será melhor explorado na terceira seção deste capítulo, que discute a participação social da população LGBT.

Seria ingênuo afirmar que o episódio de Stonewall foi um acontecimento isolado e apartado da conjuntura local e global na qual os Estados Unidos e o mundo viviam sob a égide da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). De todo modo, ele representou uma ruptura simbólica com a homofobia social da qual a população LGBT vivenciava.

Inicialmente, o movimento de liberação homossexual buscava uma transformação cultural nos valores relativos à sexualidade. Não havia, ainda, uma preocupação com os direitos humanos. Contudo, essa agenda vai se intensificar apenas após a década de 1990 quando a população LGBT se organiza cada vez mais sustentado por uma agenda que colocava os direitos humanos e a dignidade humana como centro da luta política por emancipação.

Por isso, uma vez que os direitos humanos têm sido cada vez mais utilizados pelo ativismo LGBT para pautar suas reivindicações, consideramos importante trazer à baila uma breve discussão sobre a temática. Apesar de 1948, ano de fundação da Organização das Nações Unidas e do lançamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ser considerado o grande marco histórico dos direitos humanos, o mundo já acumulava em sua história inúmeras lutas e tentativas de construir um marco regulatório amplo que reconhecesse e garantisse direitos para todos e todas.

Lynn Hunt (2009) em *A Invenção dos Direitos Humanos* demonstra como a noção de direitos universais esteve presente desde a Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) no contexto da Revolução Francesa. A autora ainda defende o quanto a empatia foi importante para a construção de consciências mais solidárias e fraternas. Nesse sentido, as produções artísticas tiveram papel importante na sensibilização das pessoas e no ato de colocar-se no lugar do/a outro/a. A empatia, assim, destaca-se na construção dos direitos humanos aliado às muitas lutas populares que reivindicavam justiça social. Assim, passar a existir o que chamamos por gerações dos direitos humanos, sendo considerada como primeira geração os direitos civis e políticos (BOBBIO, 2004).

A primeira geração dos direitos humanos explica a proteção que todos e todas deveriam obter das arbitrariedades praticadas pela monarquia e pelos Estados absolutistas e totalitários. A Revolução Francesa foi em muito influenciada por este ideário. Em seguida, os direitos sociais e econômicos são tidos como a segunda geração dos direitos humanos. Eles surgem como resposta protetiva à exploração capitalista e às desigualdades econômicas provocadas pela Revolução Industrial. Compreendem a conquista obtida por muitos movimentos operários e de trabalhadores e trabalhadoras mundo afora.

Hunt (2009) demonstra, acima de tudo, que os direitos humanos não são um dado natural, mas uma construção social, processual, forjado nas muitas lutas sociais e em resposta às várias atrocidades cometidas contra a humanidade. A própria DUDH nasce dos genocídios resultantes do nazismo alemão e das duas grandes guerras mundiais. Contendo 30 artigos, os direitos humanos são considerados universais, interdependentes e indivisíveis. Isso quer dizer que eles são aplicáveis a todos os humanos, que dependem uns dos outros para serem efetivados e que não há hierarquia entre os direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), expressa princípios políticos, filosóficos e sociais que influenciaram várias cartas constitucionais pelo globo. A Constituição brasileira de 1988 é um exemplo de documento que bebeu da fonte da DUDH e defende em seus postulados o exercício da igualdade, da liberdade, do respeito e do combate à discriminação.

Perpassando o contexto brasileiro, encontramos as mais diferenciadas realidades sociais quando falamos dos direitos de LGBT. Em alguns países, com democracias consolidadas, liberdades amplas e direitos fundamentais protegidos pelos Estados, encontraremos LGBT com um leque de direitos assegurados que possibilitam uma vivência ampla de suas cidadanias e, portanto, suas dignidades. Um breve mapeamento indicará que países como Portugal, Holanda, Argentina, entre outros, a mais de uma década reconhecem o direito ao casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo.

Pensando por outro lado, em oposição às características apontadas acima, caso um país tenha frágil sistema democrático, com regimes autoritários, liberdades individuais reduzidas e regidos sob normas sagradas, como a Bíblia ou o Alcorão, a probabilidade de LGBT (assim como outros segmentos sociais) viverem dignamente são poucas.

Em geral, contextos assim são bastante hostis com seus/suas filhos/as homossexuais. Nessas realidades, leis que punem lésbicas e gays com penas de morte, prisões perpétuas ou outras sanções são naturalizadas. Um outro tipo de violência do Estado é a omissão de sua proteção em países que hostilizam LGBT.

Bobbio (2004) e Santos (2003) convergem quando aquele argumenta que a humanidade já prescinde de consensos acerca dos direitos, faltando-lhes apenas a efetivação e este aponta que os direitos humanos estão presentes no plano discursivo, mas que há muitos sujeitos sem direitos.

Norberto Bobbio em *A Era dos Direitos* discorre sobre as razões da tolerância e a esse respeito reflete:

Quando se fala de tolerância nesse seu significado histórico predominante, o que se tem em mente é o problema da convivência de crenças (primeira religiosa, depois também políticas) diversas. Hoje, o conceito de tolerância é generalizado para o problema da convivência das minorias étnicas, linguísticas, raciais, para os que são chamados geralmente de “diferentes”, como por exemplo, os homossexuais, os loucos ou os deficientes. Os problemas a que se referem esses dois modos de entender, de praticar e de justificar a tolerância não são os mesmos. Uma coisa é o problema da tolerância de crenças e opiniões diversas, que implica um discurso sobre a verdade e a compatibilidade teórica ou prática de verdades até mesmo contrapostas; outra é o problema da tolerância em face de quem é diverso por motivos físicos ou sociais, um problema que põe em primeiro plano o tema do preconceito e da conseqüente discriminação (BOBBIO, 2004, p. 186).

Esta reflexão de Bobbio é fundamental para pensarmos as tensões envolvendo o universalismo e o relativismo dos direitos humanos. Em primeiro lugar, a Declaração Universal dos Direitos Humanos traz no seu bojo a pretensão de ser universal, ou seja, suas prerrogativas abarcariam todo e qualquer ser humano na face da terra.

Contudo, inúmeras tensões e queixas, sobretudo de países da África e Ásia, questionam o caráter ocidental que o documento das Nações Unidas tenta implantar nos países do Oriente, indo de encontro as suas culturas, práticas e crenças. A esse respeito, Santos afirma:

É sabido que os direitos humanos não são universais na sua aplicação. Atualmente, são consensualmente identificados quatro regimes internacionais de aplicação de direitos humanos: o europeu, o interamericano, o africano e o asiático. Mas serão os direitos humanos universais enquanto artefato cultural, um tipo de invariante cultural, parte significativa de uma cultura global? Todas as culturas tendem a considerar os seus valores máximos como as mais abrangentes, mas apenas a cultura ocidental tende a formulá-los como universais. Por isso mesmo, a questão da universalidade dos direitos humanos trai a universalidade do que questiona pelo modo como o questiona. Por outras palavras, a questão da universalidade é uma questão particular, uma questão específica da cultura ocidental (SANTOS, 2003, p. 19).

As tensões que envolvem os direitos humanos são complexas e refletidas por Boaventura de Sousa Santos através de três elementos: (I) regulação social X emancipação social, (II) Estado X sociedade civil e (III) Estado-nação X globalização (1997)⁴.

Nesse antagonismo universalismo versus relativismo, entram em conflito projetos de sociedade inscritos no Ocidente e em outras localidades consideradas periféricas. As teorias pós-coloniais alertam-nos para as conseqüências nefastas da ação colonizadora do Ocidente e seu projeto geopolítico empreenderam desde época das grandes navegações cujas reverberações se estendem até os dias atuais.

⁴ Santos argumenta ponto a ponto sobre estas tensões no seu artigo “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”.

A perspectiva multicultural, por outro lado, reivindica a valorização e o reconhecimento dos saberes, ritos, crenças, práticas e organizações locais promovendo a igualdade entre epistemologias diferentes.

Entretanto, o conflito se acentua quando culturas locais vão de encontro aos direitos expressos na DUDH, por exemplo, a negação do acesso à educação das mulheres de algumas regiões do Oriente Médio, a mutilação genital de mulheres do continente africano ou a prática de infanticídio (na concepção ocidental) de crianças com deficiências em algumas tribos indígenas.

A questão se complexifica ainda mais quando tratamos de opressões contra determinados grupos socialmente estigmatizados, cuja exclusão está enraizada nas culturas locais, nas quais determinadas opressões se cristalizam como práticas culturais naturalizadas e estimuladas. É aqui que entra o problema da homofobia.

De acordo com a realidade de cada país ou território que estamos falando, a homofobia está inscrita na cultura e nas práticas sociais dos sujeitos de cada localidade. No Brasil, no discurso anterior, um episódio interessante ilustra a questão: Como a homossexualidade é considerada um pecado pelas religiões de matrizes cristãs, no processo de elaboração de projeto de lei que criminalizaria a homofobia uma tensão se estabeleceu no Legislativo Federal envolvendo ativistas de direitos humanos LGBT e parlamentares cristãos. Resolveu-se então por elaborar um projeto de lei com a ressalva de que discursos religiosos anti-homossexualismo fossem considerados como liberdade de expressão religiosa e não um crime passível de punição.

O fato é que a violência homofóbica representa o ápice de um conjunto de violências simbólicas expressas em discursos que subalternizam e inferiorizam a população LGBT, tornando-os/as vulneráveis a violências verbais e físicas.

O exemplo supracitado anteriormente ilustra que, se por um lado o universalismo beira o colonialismo e a dominação geopolítica do Ocidente sobre o Oriente e os territórios mais frágeis econômica e socialmente, o relativismo pode ser considerado conivente com determinadas práticas e culturas que terminam por ferir a dignidade humana e das violações dos direitos humanos de diversos grupos sociais.

Santos (2003) propõe a superação desse suposto dilema defendendo a transformação da conceituação e das práticas dos direitos humanos pelo que chama de localismo globalizado em projeto cosmopolita através de cinco premissas centrais:

Em primeiro vem a superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural, no segundo ponto todas as culturas possuem concepções de dignidade humana, mas nem todas a concebem em termos de direitos humanos. Na terceira discorre que todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana, em consonância com a quarta que diz que todas as culturas tem versões diferentes de dignidade humana, e por fim na quinta afirma que todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica: 1º o princípio da igualdade e o 2º o princípio da diferença.

A respeito das cinco premissas que transformariam os direitos humanos, Santos sustenta:

Estas são as premissas de um diálogo intercultural sobre a dignidade humana que pode levar, eventualmente, a uma concepção mestiça de direitos humanos, uma concepção que, em vez de recorrer a falsos universalismos, se organiza como uma constelação de sentidos locais, mutuamente inteligíveis, e se constitui em redes de referências normativas capacitantes. (SANTOS, 2003, p. 22).

Com efeito, pensar a superação da homofobia, distribuída em diversos pontos do globo, passa por um diálogo intercultural que vise o respeito às identidades LGBT sem, contudo, impor outra cultura pretensamente melhor ou civilizada, como se auto intitulavam diversas colônias na sua empreitada dominadora.

2.3 Trajetória Social do Movimento LGBT no Brasil.

O movimento social ligado as questões de gênero, em especial, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) deve ser entendido dentro do contexto o qual está inserido. Moura (2015) diz que “(...) tendo em vista que a organização desses segmentos possui avanços e recuos de acordo com o contexto sócio histórico com diversas determinações advindas da totalidade social, esta mesma densa de mediações e contradições.”

Muito embora as lutas por liberdade tenham sido engendradas pelo movimento LGBT tenham tido grande alcance, ainda perduram muitas formas de violência contra essa população e que por meio de agressões, estas pessoas são muitas vezes excluídas do meio social de maneira injusta e mortas apenas pelo fato da não aceitação/respeito a diversidade sexual e humana. Por isso o debate está longe de ser findado.

O percurso histórico da busca pela liberdade de escolha de identidade de gênero e orientação sexual no Brasil vem com marcadores repressivos e coercitivo-ideológicos por parte do Estado e sociedade civil, pois a este grupo é negado o direito a ter direitos.

Sabe-se que em muitos países, os gays, as lésbicas, bissexuais e trans estão sujeitos da LGBTfobia. Coletivamente, essa parcela da população, tem sido sistematicamente desfavorecida. Provindo daí a importância da superação do ódio manifestada por parte considerável da sociedade, nos diversos contextos e tempos históricos, contra o movimento LGBT. (LIMA, 2016, pág.15).

A nível mundial o primeiro marco do movimento de luta LGBT é datado de 28 de junho de 1969, em um bar chamado *Stonewall Inn*, localizado na cidade de *New York*. Era frequente o abuso de autoridade, maltrato, exposições públicas e humilhações dos policiais para com o público que frequentava esse bar, que no caso, era o público de LGBT, onde ocorreu uma revolta que durou três dias. Essa Revolta deu início as Paradas de Orgulho Gay, que surgiram lá e foram se espalhando pelo mundo. Esse é um retrato que mostra que LIMA (2016), “a LGBTfobia é uma indigesta realidade que leva a incontáveis barbáries praticadas contra os integrantes desse movimento de resistência às discriminações.”

Aqui no Brasil os movimentos sociais vão ganhando maior notoriedade no curso da década de 1950, 1960 e 1970, décadas as quais “experimentam” o contexto de golpe civil-militar, seguimento da ditadura e seu declínio, ou seja, período marcado por grande excitação cultural, econômica, política e social. É nesse arranjo de elementos que os movimentos sociais vão ganhando força, pois a população se encontrava insatisfeita com os mandos e desmandos, com maior ênfase nas áreas econômicas e conseqüentemente no social. O início da mobilização das organizações parte da zona rural e vão adentrando no espaço urbano.

Em 1970 no Brasil, surge o chamado movimento homossexual e o marco de fundação desse movimento social politizado é 1978, com o grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), na cidade de São Paulo, bem como do Jornal *Lampião da Esquina*, denunciando e desafiando a censura e questionando a heteronormatividade imposta. Marcos que significaram e ressignificaram a luta, pois fomentavam a politização do grupo em um contexto de reabertura democrática.

É preciso notar que a demanda por uma organização política dos homossexuais deve ser absorvida dentro de um percurso histórico de repressão e muita violência, marcando assim a trajetória desse grupo. Para MOURA (2015), “a década de 1970 pode ser entendida como o momento histórico de organização política, no Brasil, dos sujeitos homossexuais.”

Na década de 1980 o Brasil passava pela redemocratização do Estado, uma reabertura democrática, construção da Constituição Federal de 1988, logo após a decadência do regime

ditatorial e rearranjo das funções do Estado. É diante deste cenário que os movimentos sociais começam a ganhar maior notoriedade e vão institucionalizando-se, dentre eles o movimento LGBT, na época chamado de movimento gay. Para exemplificar, LIMA (2011) ressalta que o movimento de contracultura, sob influência da juventude de classe média urbana, contribuiu para questionar o modelo hegemônico de sexualidade e gênero. Para MOURA:

A luta pelo direito à livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero no Brasil possui uma trajetória marcada pela repressão e negação de direitos diante de uma sociabilidade regida pelo heterossexismo que nega as diversas expressões afetivo-sexuais. Pensar o movimento LGBT no Brasil significa compreender a insatisfação de inúmeros sujeitos com os valores tradicionais que assentam o preconceito e a discriminação que esses sujeitos sofrem nas diversas dimensões da vida social. (MOURA, 2015, pág. 2)

Ainda na década de 1980 desponta uma epidemia da Síndrome da Imunodeficiência – SIDA ou AIDS, e a sociedade e meios de comunicação veiculam essa epidemia a população LGBT, chamando de “Câncer Gay” e “Peste Gay”. Antes a luta era por liberdade, agora, ao ver tantos amigos militantes morrendo, torna-se uma luta pela vida (CANABARRO, 2013).

É necessário trazer uma resposta a epidemia que se alastrava e é então que o Movimento LGBT pactua uma parceria com o Estado, em especial as áreas que abrangiam a saúde. As organizações do movimento antes “independente” passam agora a trabalhar junto ao governo. Nesse momento acontece uma ruptura no Movimento LGBT, onde de um lado estão os que acreditam aglutinar demandas de outros grupos minoritários e de outro lado aqueles que acreditam que o movimento deve fincar-se apenas na defesa dos direitos dos LGBTs.

Essa década marca duas nuances do movimento LGBT, onde uma gira em torno da pactuação do Estado e o grupo minoritário por meio de ações relacionada a saúde e prevenção, ou seja, sua institucionalização. E de outro lado o movimento social enfrenta o enfraquecimento devido a grande estigma ao qual esse grupo é submetido, a exemplo, o tachavam de *peste gay*. É notório o caráter de resistência e o trabalho de conscientização promovido pelo movimento LGBT no sentido de retirar o conceito de doença, ao qual o grupo foi relegado, somente por suas orientações afetivo-sexuais e suas identidades de gênero. Entretanto LIMA ressalta que:

Mesmo com o alcance político obtido pelo movimento LGBT sabe-se que, diferentes formas de violências continuam existindo ainda hoje, e que estas foram sacrificando, segregando injustamente esse contingente social, através de preconceitos avessos à pluralidade sexual e humana. (LIMA, 2016, pág. 14)

As décadas de 1980 e 1990 apresentam-se como palco do surgimento de inúmeros grupos organizados dentro do movimento LGBT, a exemplo, o Grupo Gay da Bahia – GGB,

uma associação de defesa dos direitos humanos ao tocante, as pessoas homossexuais, fundada em 1980 e registrada como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983. Foi espaço de pesquisas e estudos dentro da temática, bem como ligado ao governo por meio de pactos para atuar junto ao Ministério da Saúde. Nessa década ainda surgem filiais do grupo SOMOS e acontece o primeiro encontro de homossexuais organizados.

Em 1986, grupos organizados dentro do movimento LGBT, tais quais: Libertos (São Paulo), Triângulo Rosa (Rio de Janeiro) e o Grupo Gay da Bahia passam a reivindicar entre os constituintes a inclusão da proibição relativa a discriminação afetivo-sexual na referida constituição. Constando no Capítulo I, ao que tange os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em seu Art. 5º que, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo- se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, BRASIL (1988).

Muito embora não tenha sido escrito o desejado na época, que era incluir orientação sexual e identidade de gênero, ainda assim esse direito adquirido se constituiu como grande avanço nas formas de enfrentamento na luta LGBT. CANABARRO explicita que:

A igualdade almejada pela Constituição foi regulamentada e implementada em 1989, pela Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989, com a seguinte redação no Art. 1º: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.”(CANABARRO, 2013, pág. 4).

O decênio de 1990 é marcado pelo crescimento das organizações do movimento, bem como suas mais variadas formas de atuação. É fundada em 31 de janeiro de 1955 a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) com objetivos de promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos da população LGBT. Hoje conta com mais 300 organizações filiadas. LIMA (2011), destaca que, “entre outras iniciativas, destaca-se principalmente a primeira Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo, pela sua inclusão de ativistas e homossexuais não organizados por meio de uma política de visibilidade massiva.”

Se pode destacar aqui que as áreas da saúde e direitos humanos se configuraram como espaço de propulsão do movimento LGBT, pois a medida que se eram concretizadas ações em torno de prevenção e tratamento de AIDs e Doenças Sexualmente Transmissíveis, termo antigo, se diz hoje Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST, também iam se incorporando posição contrária a violência homofóbica como uma demanda urgente. O que permitiu certa aproximação a luta em torno dos direitos humanos. No ano de 1966, governo de Fernando

Henrique Cardoso, os homossexuais são citados pela primeira vez em documento oficial do país, o Plano Nacional de Direitos Humanos – PNHD.

Nos anos 2000, o Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, passa a conceder o direito a pensão por morte ou detenção de parceiros gays. CANABARRO (2013) *apud* MOTT (2005), e em 2001, é fundada a Articulação Nacional de Travestis (Antra). Em 2002, o Grupo Gay da Bahia lançou o Livro *União Estável Homossexual*, reconhecido pelo INSS como documento legal para comprovação de relações estáveis e recebimento de benefícios.

O que se depreende acerca de todo o descrito é que os avanços ocorreram gradualmente em virtude de todos os entraves já pré-estabelecidos, entretanto muitas conquistas devem aqui ser mencionadas, tais quais: em 2011, o Supremo Tribunal Federal – STF, onde este legislou acerca da união estável, garantindo os mesmos direitos as famílias homoparentais; e em 2013, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ normatizar o casamento homoafetivo ou igualitário, garantindo que qualquer cartório do país não se negue a realizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Estes autores irão corroborar/nortear para a construção do eixo destinado a descrever a historicidade do movimento LGBT e suas formas de atuação e enfrentamento.

2.4 Processo de Mudanças no Seio da Política Social no Brasil

A década de 80 representou para o Brasil a era da participação social e a conquista dos direitos sociais. A Constituição Federal de 1988, traz uma nova concepção para a Assistência Social Brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS passa a uma política social pública para um novo campo: o campo dos direitos, da universalização, dos acessos e da responsabilidade estatal.

É de relevância informar que a Assistência Social busca sair da ótica da filantropia para a ótica dos direitos do cidadão. Promove a partir deste momento a prevenção, a proteção, a promoção e a inserção. Neste sentido, cabe a política de assistência social ampliar as suas ações, criando a proteção social básica e a especial. No ano de 2003 acontece a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que delibera a construção e a implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

O SUAS passa a ser um modelo de gestão, descentralizado e inclusivo, implantando uma nova lógica de organização das ações socioassistenciais, ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como foco prioritário a atenção às famílias, incluindo seus membros, indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser

definidas pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que delas necessitem e pela sua complexidade.

Além disso, a Assistência Social enquanto política pública compõe o tripé da seguridade social, devendo funcionar de forma articulada e intersectorializada com outras políticas sociais, particularmente as públicas de saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentárias e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias, seus membros e indivíduos.

A proteção social básica direciona a atenção às famílias através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que poderão operacionalizar ações junto às famílias e indivíduos com serviços, programas e projetos junto ou em parceria com as entidades não governamentais da rede da Assistência Social, integrando assim a rede de proteção social.

Como bem diz a explanação a cima, essas políticas vieram para a minimização das demandas de vulnerabilidade social e violações de direitos nos territórios, de forma geral, será se isso acontece na pratica? Embora tivemos muitas conquistas e avanços, ainda temos muito no que avançar, principalmente quando se fala na questão da população LGBT, a referida Política de Assistência Social no Brasil passou a ter como objetivo atender indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Dentro das categorias atendida, entendemos e compreendemos que se pode considerar que os/as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) se consolidam enquanto usuários/as da política em questão. Nada obstante, tais categorias (vulnerabilidade e risco social) funcionam, conforme Mota et al. (2010), como indicadores de exclusão, inerentes de fragilidades dos próprios serviços a serem prestados nos níveis de proteção social propostos.

No que tange à redação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), existem impasses no que concerne à efetivação de direitos da população LGBT. Podemos trazer como exemplo, o subtítulo “Família e Indivíduos [...]” (BRASIL, 2004, p. 20), o qual destaca que o conceito de família passa por transformações, entretanto, refere-se somente às mulheres que chefiam núcleos familiares. Excluem-se, assim, as famílias formadas por casais de pessoas do mesmo gênero, com ou sem filhos/as, biológicos/as ou adotivos/as, além de serem suprimidas as famílias monoparentais, onde a/o mãe/pai é LGBT. A PNAS ainda referencia a categoria gênero relacionada apenas às mulheres, dificultando a possibilidade de reconhecimento das configurações de conjugalidade e parentalidade de LGBTs, como também não são mencionados os termos orientação sexuais e identidade de gênero.

3. CAPITULO II - AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROJETOS POLÍTICOS, DIREITOS HUMANOS, TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E CIDADANIA LGBT.

3.1 A Construção do Projeto ético Político do Serviço Social

Ao analisarmos a gênese do Serviço Social não tem como nos remetermos ao processo histórico do país ao qual somos inseridos, é perceptível que o Serviço Social se desenvolve no Brasil até a primeira metade da década de sessenta sem polêmicas relevantes, apresentando uma homogeneidade nas suas ações, o que demonstra a carência de uma elaboração teórica significativa para Netto (2008), o autor diz que categoria profissional neste contexto se colocava com uma direção consensual no que diz respeito às suas ações.

Vindo a luz do pensamento de Barroco (2008), a profissão surge como tal, inerente às demandas sócio- históricas que se acentuam diante do enfrentamento das expressões da questão social, num argumento de reprodução do capital e do trabalho. Pode-se afirmar que a mesma nasce com o papel de reprodutora das relações sociais capitalistas no estágio monopolista, legitimando o Estado burguês e a presença de projetos sociais conservadores, dentre eles o da Igreja Católica.

Entre as décadas de 60-70, o período da ditadura civil- militar brasileira, Netto (2008) salienta, que foi um momento onde se apontou para uma significativa reformulação do cenário da profissão, devido à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade brasileira, efetivadas pela autocracia burguesa.

Até se chegar nesse estágio vários acontecimentos foram necessários para consolidar esses processos que merecem destaque dentro da profissão, pois foi a partir de então que o Serviço Social começou a se colocar como objeto de pesquisa, se auto investigando e se auto questionando. Também fez parte deste contexto, a laicização da profissão que teve seu ponto culminante sob a ditadura, e o ingresso do Serviço Social no âmbito universitário, o que propiciou pela primeira vez que fossem criadas condições para exercitar a elaboração profissional formando vanguardas para além das tarefas meramente pragmáticas.

Vale salientar que foi nos anos 1960 que ficou marcado pelos vários acontecimentos, principalmente nos âmbitos econômicas, sociais, políticas e ideoculturais que marcaram a contemporaneidade, segundo Netto (2008). Esse contexto apontou para a crise do Serviço Social tradicional que esteve estruturada num processo para além das fronteiras brasileiras. Isto

configurou o que o autor denomina de Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, que se inicia a partir de 1965 e teve sua ascensão por quase uma década.

Pela necessidade de uma reflexão crítica e ética no interior da profissão, em 1986 cria-se um Código de Ética que prima por renovar a moralidade do Serviço Social. Pautando-se na orientação marxista, o mesmo vincula a categoria profissional aos interesses da classe trabalhadora, o que possibilita visualizar a intenção da profissão em alçar uma nova direção social que já vinha sendo estruturada.

Avançando um pouco na história, foi com a entrada da década de 90, que as consequências advindas da lógica excludente do capitalismo aprofundada na ideologia neoliberal, tornam-se visíveis as consequências desastrosas para os países do Terceiro Mundo. Privatizam-se os serviços públicos e as empresas estatais, há a repressão aos movimentos sociais e as organizações de classe, e acirram-se as condições de desemprego e subemprego. Estas questões não deixam de refletir sobre o Serviço Social, tendo em vista principalmente a renovação teórica e metodológica que emergia no interior da profissão.

Desse modo surge o Código de Ética profissional de 1993 que persiste ainda hoje, o mesmo vem ratificar os avanços e as conquistas do Código de 1986. Este com sua fragilidade teórica- metodológica e operacional, conforme Barroco (2008), não respondia as indagações da ética situada no interior da tradição marxista.

Diante deste contexto o projeto profissional do Serviço Social se amadurece e ratifica a sua nova direção social, com isso reafirma-se na defesa de um projeto societário para além da sociedade capitalista e associado às bandeiras de luta da classe trabalhadora.

Ao refletir sobre o projeto, logo entendemos que o mesmo se coloca como ético e político, ao falar sobre a ética, faz necessário pontuar o que Iamamoto (2008) diz sobre política. A mesma não se restringe ao Estado e nem à relação entre governante e governado. Para a autora, conforme as contribuições de Gramsci, a política é vista como momento catártico o que permite aos sujeitos ultrapassarem os determinismos econômicos que os aprisionam, e irem ao encontro de uma nova forma ético- política da vida em sociedade. Isto faz com que as forças que se articulam para esta nova realidade disputem a hegemonia no cerne da luta de classes, o que vincula este processo a criação de um projeto para a sociedade. E aí está expressa a relação direta que os projetos profissionais possuem com os projetos societários.

Há que se levar em consideração que o Código de ética (1993), conforme pontua Barroco (2008), dentre as suas conquistas, afirma a presença do pluralismo referenciado na perspectiva de garantir a liberdade de opiniões dentro da categoria profissional, suas expressões teóricas, e o compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

3.2 A Política de Assistência Social voltada para a População LGBT na Contemporaneidade.

A Política de Assistência Social, ao transcorrer do tempo vem adquirindo avanços significativos tanto na esfera legislativa quanto na esfera dos serviços socioassistenciais. Nada obstante, será que a PNAS contempla todos os públicos e demandas que podem se apresentar nos seus equipamentos, em especial os/as LGBTs? Será que a PNAS através de seus aparelhos tem realizado ações voltadas para os/as LGBTs? E, por fim, será que o debate sobre sexualidade e opressão de gênero são pautas no interior da Política de Assistência social? São questões que iremos desenvolver a seguir.

Alguns programas surgiram para atender as demandas LGBTs como é o caso do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) – proposto em 2004, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República – hoje, Secretaria de Direitos Humanos (SDH) –, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos. A proposta contida no “Brasil Sem Homofobia, Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB⁵ e de Promoção da Cidadania Homossexual” (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004), é “[...] promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 11).

O Brasil sem Homofobia - BSH foi estruturado em um plano plurianual (PPA) de 2004/2007, sendo equacionado em princípios básicos e programas de ações articulados a uma política de direitos LGBTs. Entretanto, o mesmo não possui nenhuma ala específica para ações no campo da Política de Assistência Social, como tem nas áreas de educação, saúde, segurança, trabalho e cultura.

Entretanto, dentre estes campos existem ações que também perpassam o campo da Assistência Social, tais como: a capacitação de profissionais nos mais diversos Ministérios, a criação de instrumentos técnicos para diagnosticar e avaliar a situação de violação aos direitos humanos de homossexuais e de testemunhas de crimes relacionados à orientação sexual para levantar os tipos de violação, a tipificação e o contexto dos crimes, o perfil de autores e o nível de vitimização, de modo a assegurar o encaminhamento das vítimas LGBT, em serviços de assistência e proteção.

Um pouco mais de uma década, datado precisamente do ano de 2008 foi realizada a I Conferência Nacional LGBT no Brasil, que traz eixos e ações a serem tomadas para o combate

à LBGTfobia em diferentes políticas como Previdência Social, Trabalho e Renda, e Assistência Social. Pontua Luiz Mello et al. (2013):

Nos Anais da I Conferência Nacional LGBT observa-se a desarticulação entre as propostas relativas à assistência social, uma vez que, em face da inexistência de grupo de trabalho (GT) específico sobre o tema, as 11 deliberações aprovadas estão distribuídas em diferentes GTs: ‘saúde’, ‘educação’, ‘previdência social’, ‘trabalho e emprego’ e ‘cidades’. Tais propostas tratam basicamente da necessidade de capacitação de profissionais da assistência social para o atendimento à população LGBT (em abrigos e demais serviços sócio assistenciais); da inserção das categorias identidade de gênero e orientação sexual no SUAS e na PNAS; e da articulação entre a política de assistência social e as demais políticas públicas. (MELLO et al, 2013, p. 138).

Vale salientar, e pensarmos de uma forma bem crítica, que a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em seu documento redigido em 2004, não faz nenhuma referência à população LGBT, não faz alusão à identidade de gênero, reforçando a ideia de que gênero é colocado somente em relação às mulheres, o que dificulta a realização de ações voltadas para os/as LBGTs⁹. É a partir da proposta do Brasil Sem Homofobia, (que por não ter sido implantado não obteve nenhum resultado sobre a política em discussão) e mais especificadamente com a I Conferência Nacional LGBT que se irá pensar neste grupo dentro da Política de Assistência Social. Segundo Mello et al. (2013), apesar de se ter um grande avanço na discussão sobre LBGTs na Política de Assistência Social, com a I Conferência supracitada, as problematizações foram colocadas em segundo plano, apresentando poucas ações a serem operacionalizadas, não proporcionando mudanças radicais no cenário social do país.

É notório que a I Conferência Nacional LGBT, apesar de propor ações de mudanças, não conseguiu efetivar seu objetivo, tão pouco o BSH, acabando por se tornarem documentos orientadores das políticas, sem muitas articulações entre as propostas que intencionalmente foram criadas para serem incorporadas por essas políticas. Por outro lado, avanços surgiram a partir das propostas da Conferência, criando o Plano Nacional de Promoção e cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNCDH-LGBT) em 2009.

O referido documento do PNCDH-LGBT apresenta 51 diretrizes e dois eixos estratégicos com 180 ações, tendo por objetivo principal “[...] orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, p.10). No que se refere à Política de Assistência Social, no interior do PNCDH-LGBT é importante trazer:

No âmbito da assistência social, o Plano Nacional LGBT propõe a ‘ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT’ e também uma perspectiva de intersecção que possa ‘assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal’. Outras ações concentram-se no combate à homofobia em órgãos municipais, estaduais e federais de assistência social, e ainda, em questões relacionadas à população carcerária LGBT (MELLO et al., 2013, p. 140).

Observa-se na PNAS, destaca-se a presença da expressão “[...] identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual” na caracterização de vulnerabilidades dos/as usuários/as (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004, p. 33). A mesma também aponta no subtítulo “Família e Indivíduos”¹⁰ que o conceito de família passa por transformações, fazendo menção às mulheres que chefiam núcleos familiares, sem incluir, porém, famílias formadas por casais homossexuais, com ou sem filhos, biológicos ou adotivos. Excluem-se, além disso, famílias monoparentais, nas quais a/o mãe/pai é travesti, transexual, gay ou lésbica. (MELO et al., 2013).

Ainda sobre o conceito de família e a inclusão de LGBT no mesmo, o PNCDH-LGBT traz apenas seis ações na esfera do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A primeira delas se refere a “Reconhecer novos arranjos familiares, tais como as uniões homoparentais e os pares homoafetivos, para fins de aplicação da Política Nacional de Assistência Social”, o que pode ser possível Projeto de Lei nº 3077/2008, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Contudo, esta alteração ainda não foi realizada, sendo pouco provável que ainda venha a acontecer, levando-se em consideração o histórico do país no que se refere à efetividade de direitos de LGBTs. Exemplo disso é a PLC 122/2006 que há mais de dez anos vem sendo barrada pela bancada conservadora parlamentar. Ainda sobre as ações no âmbito do MDS:

Não é demais lembrar que este debate na esfera do Poder Legislativo não se resume ao projeto de lei em questão, o qual, por sua vez, não apresenta uma caracterização de família explícita o suficiente para contemplar os casais formados por pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos. Ainda no âmbito do MDS, o Relatório faz referência às ações ‘Criar um programa de bolsas de estudo que incentive a qualificação ou educação profissional de Travestis e Transexuais em diversas áreas’ e ‘Garantir apoio psicossocial à população LGBT idosa’ (MELLO et al., 2013, p. 142).

Apesar do relatório colocar essas ações a serem realizadas, as mesmas não foram implementadas ou se quer planejadas a sua execução. Um dos motivos decorre da não alteração na redação da PNAS que incorpore a população LGBT em sua demanda (de forma explícita e com ações destinadas para os/as mesmos/as, posto que podem se enquadrar diante do termo vulnerabilidade social), outro fator se deve à falta de capacitação dos/as profissionais que fazem

a política, bem como o não planejamento de ações para LGBTs de forma continuada. Não obstante, é possível identificar ações pontuais de inserção da população LGBT na Assistência Social a partir da implantação dos CREAS, cuja demanda foi aprovada como proposta na I Conferência Nacional LGBT. Em relação ao atendimento de LGBTs, com ações apenas pontuais, faz-se necessária uma reflexão, pois na PNAS:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Todavia, mesmo que a população LGBT não sejam mencionadas no documento da PNAS, sendo que os mesmos são públicos da política, uma vez que se encontram em vulnerabilidade social devidos violações de direitos ocasionadas pelo preconceito e pela estigmatização na sociabilidade heteronormativa¹¹. Ressalta-se que apesar dos mesmos serem público de modo geral, a luta é para que estes sejam compreendidos/as em suas particularidades. É preciso entender que os LGBTs sofrem violações de direitos não apenas por fatores socioeconômicos, mas também por fatores culturais e morais, onde se pregam discursos de ódio aos mesmos.

Mota et al. (2010), discorre que as categorias de vulnerabilidade e risco social, podem se configurar como indicadores de “exclusão”. Isto se deve ao fato de que o público alvo da PNAS é vasto e apresenta de maneira tão diversificada um leque de situações, podendo chegar até a comprometer o processo de normatização dos serviços prestados.

Vale ressaltar aqui, que em 2011 é realizada a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT. Sua estrutura teve como principal objetivo discutir o andamento das políticas públicas para LGBTs e os marcos legislativos para os mesmo até então. No que concerne à Política de Assistência Social foram aprovadas cinco diretrizes, uma delas diz respeito à introdução de novos arranjos familiares no Cadastro Único (CADÚNICO) da Assistência Social, com a criação dos campos: orientação sexual, identidade de gênero e o nome social para que a população LGBT tenha acesso aos programas que utilizam os dados do CADÚnico como base, porém, cabe destacar que tais modificações não foram incorporadas aos cotidianos dos equipamentos do SUAS exemplo: o CREAS.

Outra diretriz trata-se de garantir o reconhecimento e a efetivação das demandas relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero com recortes étnico-raciais, geracionais, referentes às pessoas em situação de rua, às pessoas com deficiência, às pessoas com HIV/AIDS e aos povos e comunidades tradicionais no processo de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outra diretriz a se destacar é a que visa implantar e efetivar a Política Nacional de Sensibilização e Formação Continuada dos Trabalhadores do SUAS das esferas Municipal, Estadual e Federal para inclusão e atendimento à população LGBT, essa é pouco realizada nas esferas federativas, e quando realizadas são de forma superficial, precária, e pontual (sem continuidade).

Enfatizando um pouco sobre a III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT ocorreu em 2016 e tivera quatro eixos temáticos todos voltados para reunir propostas que favorecessem o combate à violência contra LGBTs. Também discutiu sobre o desenvolvimento de políticas públicas para os LGBTs, e sobre a criminalização da homofobia¹². No caso da Política de Assistência Social, verifica-se uma repetição de aprovação de diretrizes já aprovadas na conferência anterior.

Vale salientar que tais diretrizes já haviam sido aprovadas na II Conferência, mas não tiveram êxito em sua execução durante a pausa de uma conferência para a outra. Tal fato decorre da influência do conservadorismo, do fundamentalismo religioso, e do machismo nas decisões políticas, corroborando com uma sociedade conservadora, cujas ações estão pautadas na heteronormatividade e cisgeneridade. Outro ponto muito debatido na última conferência foi em relação ao Disque Direitos Humanos – Disque 100.

Averiguou-se a necessidade de otimizá-lo a fim de criar protocolos para apurações e monitoramento e avaliação permanente de fluxo, com a divulgação de outras formas de denúncias por parte de conselhos e delegacias. Salienta-se que o disque 100 é uma das principais ferramentas de luta no que diz respeito à violência contra LGBTs.

É por meio deste instrumento que a maioria dos casos de violação de direitos da pessoa LGBT chega aos CREAS, além de auxiliar com dados nos relatórios de violência homofóbica. Ademais, foi explicitado a urgência em “Fortalecer a divulgação da rede sócio assistencial e criar mecanismos de acolhimento e acompanhamento específico para as vítimas de violação dos direitos humanos LGBT e povos de terreiro” (BRASIL, 2016, p. 34).

Conclui-se, que apesar da inserção do debate sobre as opressões de gênero começarem a se fazerem presentes no contexto societário, com propostas de programas e ações a serem efetivados, infelizmente não se obteve rebatimentos significativos nas políticas sociais, sobretudo na PNAS.

3.3 Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Especificidades da Política de Direitos Humanos na promoção da população LGBTs no Brasil.

No Brasil, historicamente, a Constituição Federal de 1988, evidencia um grande avanço em relação à defesa da integralidade dos direitos e da democracia, como dever do Estado e direito da população. Essa mudança pela ampliação dos direitos se estabeleceu após a Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985), a qual consistiu em um regime repressivo e antidemocrático que violou os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Em frente a esse cenário, aponta-se, entretanto, que a vigência desta Constituição foi assegurada por meio da força proveniente das lutas sociais pela anistia política e pela conquista e garantia de direitos.

Ressalta-se que a Constituição de 1988 adere aos princípios da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, visto que integra diversos valores desta Declaração ao longo de seu conteúdo, como os princípios da dignidade da pessoa humana, da justiça, da igualdade, da liberdade, entre outros elementos. Nesse sentido, esta Constituição consiste em um documento que expressa a defesa dos direitos humanos, principalmente no trecho em que se debruça sobre os direitos e garantias fundamentais da população, onde em seu artigo 5º ressalta que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).

Portanto, nota-se que esses direitos afirmados na CF de 1988, além de declararem a inviolabilidade dos direitos humanos, também consolidaram a participação da sociedade civil, a qual evidencia a expressão popular após um grande período de censura e cassação de direitos. Hoje está Constituição ainda apresenta importantes desafios para a sua efetivação completa na cobertura dos direitos, principalmente em relação aos direitos sociais da população LGBT, isto é notório quando podemos notar na atualidade os desmontes dessas políticas públicas, a perda de direitos que de longe as lutas de classes vem tentando garantir como um direito de uma classe onde na teoria se dizem minoria.

É inegável que temos muito o que se comemorar, pois recentemente tivemos ganhos significantes para a população foco deste trabalho, embora, entendemos também que há muito o que ser feito, prova disso são os crescentes números de pessoas LGBTs assassinados nos últimos tempos, todavia, verifica-se a ausência do Estado na proposição de políticas públicas que garantam o combate às discriminações e intolerâncias às diversidades presentes numa sociedade machista, racista e LGBTfobia como a sociedade brasileira, com a ausência de leis

serias que responsabilizem os infratores das mesma, abriu-se, portanto, espaços para práticas de violência e desvalorização da diversidade, o que possivelmente explica porque o Brasil se situa entre os países onde mais se registra violência contra lésbicas, gays, travestis e transexuais.

A Conferência Mundial de Direitos Humanos ocorrida em Viena (1993) também influenciou a política de direitos humanos brasileira, uma vez que esta Conferência recomendou que os países implementassem Programas e Planos de Direitos Humanos. Com isso o Brasil, entra neste cenário de fortalecimento dos direitos humanos, por meio da instituição de diretrizes nacionais do Programa Nacional de Direitos Humanos.

A Política Nacional de Direitos Humanos no Brasil passou a ser construída através de três programas: o Programa Nacional de Direitos Humanos I de 1996 (PNDH I), o Programa Nacional de Direitos Humanos II de 2002 (PNDH II), o qual atualiza e revisa o PNDH I e, o Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 de 2010 (PNDH-3). Atualmente, esta política encontra-se instituída pelo PNDH-3 de 2010, que se constituiu como resultado das diretrizes aprovadas na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (2008).

Conforme a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2008), a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos foi promovida em Brasília de 15 a 18 de dezembro de 2008 pela própria Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e pela sociedade civil organizada. Esta Conferência tinha como lema a seguinte premissa: “Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: superando as desigualdades”. Dessa forma, a 11ª Conferência dos Direitos Humanos constituiu-se em um Grupo de Trabalho Nacional que tinha como competência a realização de atividades preparatórias, fomento de propostas, bem como estabelecimento de orientações às demais conferências estaduais e distritais. (BRASIL, 2010). Destaca-se que o seu principal objetivo era:

[...] construir as bases para uma política pública de Estado que trate os direitos humanos de forma integrada, por meio da revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, documento que deve se firmar, crescentemente, como orientador para as políticas públicas voltadas a assegurar o respeito, a defesa, a proteção e a promoção dos direitos humanos (BRASIL, 2008).

Portanto, como forma de atualizar a estrutura do PNDH I e II, ressalta-se que a partir da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos se delineou os eixos orientadores que compuseram o PNDH-3. Desse modo, o PNDH-3 possui eixos orientadores que concretizam as diretrizes, os objetivos estratégicos e as ações programáticas desenvolvidas pela política. Estes eixos estão divididos em seis partes; são elas: Eixo Orientador I – Interação Democrática entre

Estado e Sociedade Civil; Eixo Orientador II – Desenvolvimento e Direitos Humanos; Eixo Orientador III – Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; Eixo Orientador IV – Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; Eixo Orientador V – Educação e Cultura em Direitos Humanos; Eixo Orientador VI – Direito à Memória e à Verdade. (BRASIL, 2010).

Desse modo, esses eixos estabelecem uma articulação entre si, uma vez que têm como objetivo concretizar por meio da transversalidade com outras políticas públicas, a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil (BRASIL, 2010). Salienta-se que para a efetiva garantia de suas ações programáticas, é essencial o fortalecimento da participação social e do controle social democrático por meio da atuação dos Conselhos de Direitos como os que compõem a Política de Direitos Humanos no Brasil. Nesse sentido, enfatiza-se a importância dos princípios dos direitos humanos serem adotados pela Carta Constitucional de 1988, uma vez que demonstra o compromisso por um Estado democrático e de direitos. Contudo a partir da crítica estabelecida à concepção burguesa de direitos humanos, a qual sobrepõe os direitos individuais acima dos direitos sociais, econômicos e culturais, é preciso afirmar a indissociabilidade desses direitos para combater a lógica de “privilégios” imposta na ordem do capital.

Evidencia-se que, dentre as ações transversais inscritas nos eixos do PNDH-3, a ênfase do eixo orientador III (“Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades”) possui uma relação direta com a temática deste trabalho, visto que aborda a questão da diversidade sexual, a qual se constitui em um campo que se insere o movimento social LGBT. Dessa forma, o eixo “Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades”, traz na sua décima diretriz o objetivo estratégico V, o qual enuncia a “garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2010, p. 120).

As ações programáticas propostas nesse objetivo estratégico estão resumidamente elencadas nos seguintes itens: a) desenvolvimento de políticas afirmativas e promoção do respeito à orientação sexual e identidade de gênero; b) apoio ao projeto de lei sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo; c) garantia do direito à adoção por casais homoafetivos; d) reconhecimento e promoção de informações sobre as configurações familiares compostas por LGBTs pelo serviço público; e) garantia do uso do nome social de travestis e transexuais; f) inclusão da identidade de gênero dos usuários nos prontuários do sistema de saúde; g) criação de redes de proteção dos direitos humanos de LGBTs; h) elaboração de relatório periódico que acompanhe políticas contra a discriminação do público LGBT e que contenha informações sociais sobre este público (BRASIL, 2010). Nessa perspectiva, observa-se que o movimento

social LGBT no Brasil adere como pauta de luta essas ações, a fim de assegurar os direitos humanos do público LGBT, os quais devem ser afirmados, uma vez que há ações discriminatórias contra este público.

Retomou-se até o presente momento, a Política Nacional de Direitos Humanos do Brasil, a qual hoje se desenvolve através do PNDH-3 e dialoga com o cenário internacional de promoção e proteção dos direitos humanos. Esse cenário estabelece a defesa dos direitos humanos como universal, invisível, interdependente e inter-relacionado, de acordo com os parâmetros da Conferência de Viena (1993). Nesse percurso, destaca-se na esfera federal a atuação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a qual tem um papel muito importante na consolidação dos Direitos Humanos no Brasil.

3.4 A Política de implantação dos Centros de Referencias da Assistência Social-CRAS

Sabemos que a Assistência Social vem passando por profundas transformações desde o ano de 2003. Houve a aprovação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), como já foi visto anteriormente, que vem renovar e ampliar o conceito de proteção social. Esta política vem definir quais as seguranças afiançadas para todos os brasileiros que delas necessitam, são elas: rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Esta política que estabelece que o trabalho assistencial deve estar centralizado na família, priorizando as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família os idosos e deficientes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para tanto a ação, e garantia do Programa Bolsa Família só terá efeito sobre a garantia dos direitos nas áreas de saúde e de educação, através do cumprimento das condicionalidades.

Assim o modelo e gestão da Assistência Social organiza e regula em todo território nacional os serviços e programas, projetos e benefícios socioassistenciais, institui o CRAS como equipamento estatal, que tem o objetivo de ser uma referência local da Assistência Social; e ser também a concretização dos direitos socioassistenciais, desta forma, ofertando e coordenando em rede os serviços, programas e projetos que previnam situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições, assim como, o do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O CRAS deve organizar a vigilância social em sua área de abrangência, sistematizando as informações que venham possibilitar a construção de indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias e pessoas

nos diferentes ciclos de vida, no caso, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Vale salientar que o referido CRAS também atua com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio socio familiar e comunitário, tornando-se responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF).

O PAIF (2014) por sua vez, é ofertado através dos serviços socioassistenciais, socioeducativo e de convivência, de projetos de preparação para inclusão produtiva voltada para as famílias, seus membros e indivíduos de acordo com as necessidades identificadas no território. Quando este implantado nas comunidades, seja elas tradicionais, Quilombolas ou Indígena, rurais e ribeirinhas, ciganas, como também a população LGBTs, pois deverá respeitar as diversidades, especificadas e as características socioculturais das famílias e seus territórios.

4 CAPITULO III – JUAZEIRO DO NORTE/CE, INTERVENÇÃO SOCIAL, DIREITOS LGBT E COMBATE A VIOLÊNCIA.

A cidade de Juazeiro do Norte é um dos municípios do Ceará e está localizado no Sul do Estado, Localiza-se na Região Metropolitana do Cariri. A cidade de Juazeiro do Norte foi fundada pelo Padre Cícero Romão em abril de 1872 quando estava cavalcando pela região e encontrou algumas casas e uma capela rústica e resolveu se tornar sacerdote daquele território. A cidade veio se tornando um grande centro religioso. Em 1889 quando Padre Cícero distribuía a comunhão aos fiéis a hóstia começava a se transformar em sangue que se repetiu por várias vezes (Prefeitura de Juazeiro do Norte, 2015).

Juazeiro no Norte é movimentada pelo legado deixado pelo Padre Cícero, que dizia “fé e trabalho”, portanto a economia da cidade se baseia na produção de artesanato, em sua maioria artigos religiosos. A cidade recebe um número grande de turistas que auxilia no fortalecimento da economia local (Prefeitura de Juazeiro do Norte, 2015).

Nos seus dados Demográficos, segundo o Censo do IBGE (2010) a população residente em Juazeiro do Norte era de 249.939 habitantes, e a população estimada para 2014 foi de 263.704. A área da unidade territorial é equivalente a 248,832 Km² e a densidade demográfica de 1.004,45 (hab/km²). Em relação à distribuição da população por sexo, as mulheres representam o maior percentual com 52,65% enquanto os homens correspondem a 47,35% e a faixa etária com maior percentual foi a de 20 a 24 anos com 10,6% do total da população. Nesse momento percebe-se que os munícipes ao nascer são classificados apenas pela genitália, desconsiderando totalmente a diversidade sexual, que sempre esteve presente em nossa sociedade.

De acordo com dados sociais local no índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Juazeiro do Norte em 2010 foi de 0,694. Na classificação dos municípios brasileiros – segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 - Juazeiro do Norte ocupa a 2078ª posição, enquanto nos municípios contemplados na pesquisa LGBT ocupa a 20ª posição, conforme tabela abaixo. Observa-se que os dez primeiros lugares são ocupados por municípios das regiões Sudeste, Centro Oeste e Sul, já os municípios do Norte e Nordeste aparecem a partir da 11ª posição remetendo-nos a distribuição socioeconômica do país.

O Atlas da Violência 2019 apresenta a questão da violência contra a população LGBT. O documento faz uma referência a respeito da invisibilidade do problema e da pela dificuldade do ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas.

Um fato é que não se tem noção do tamanho da população LGBT e assim fica incerto qualquer cálculo de prevalência relativa à violência contra esse grupo social; essa lacuna só será preenchida quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE começar a pergunta nos seus surveys domiciliares sobre a orientação sexual da população brasileira. Uma ferramenta importante também seria a polícia nos registros de violência, não fazem qualquer classificação da vítima segundo a orientação sexual, assim como não existe tal característica nas declarações de óbito “portanto, torna-se uma tarefa extremamente árdua dimensionar e traçar diagnósticos para produzir políticas públicas que venha a mitigar a violência contra a população LGBT” (CERQUEIRA, et al 2019).

Embora o IBGE não inclua no censo nacional o segmento LGBT, o Grupo Gay da Bahia tem uma estimativa, com base em indicadores diversos da Academia e Governamentais, que exista no Brasil por volta de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 01 milhão de Trans (0,5%). “Quem discordar, que comprove o contrário”, costumam responder as lideranças LGBT (GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório 2018, p.02).

Para uma análise sobre a violência contra pessoas LGBT o Atlas da Violência 2019 fez o levantamento a partir de duas bases distintas: das denúncias registradas no Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e dos registros administrativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde. E levando em conta dados mais precisos e qualidade de informações sobre a população LGBT, o Atlas da Violência 2019 tanto no que se refere aos dados do Disque 100, quanto nos dados do Sinan, mostra evidências do aumento de casos de violência contra a população LGBT no país.

No momento atual, essa realidade é preocupante, no cenário político do país, o governo mostra-se indiferente a causa LGBT e pode ser nocivo por deslegitimar direitos e possivelmente instigar a violência contra essa parcela da população.

Este cenário ocorre em um momento que um novo desafio se interpõe, que diz respeito à ascensão do discurso contra o reconhecimento dos direitos das populações LGBT. Ainda não é possível diagnosticar se essa transformação discursiva em curso irá ou não reverberar em um aumento significativo da violência contra a população LGBT para os próximos anos. Diante da escassez dos dados disponíveis, um desafio central à pauta da redução da violência enfrentada pelo segmento LGBT é a criação de dispositivos de coleta e monitoramento de dados estatísticos e indicadores relativos à temática (CERQUEIRA, et al 2019).

Diante da ausência de indicadores relativos às populações LGBT, o Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) de Juazeiro do Norte e o Núcleo de Diversidade e Gênero da SEDEST em sua atuação, têm produzido relatórios, e produzido indicadores referentes ao atendimento da população LGBT o que é indispensável para promoção de políticas públicas.

Os militantes LGBT do município de Juazeiro do Norte buscam reforçar cada vez os princípios e dispositivos legais para a garantia dos direitos humanos. Suas ações sempre são pautadas nos princípios da Dignidade da Pessoa Humana, que constitui fundamento do Estado Democrático de Direito e o principal alicerce na formação da sociedade (art. 1º, III, CF) e no princípio da Isonomia, pelo qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (art. 3º, IV e art. 5º, ambos da CF).

A intervenção social e o trabalho que o Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) de Juazeiro do Norte e o Núcleo de Diversidade e Gênero da SEDEST desenvolvem uma vasta programação para melhor atender a esta população. O trabalho do Núcleo envolve o acolhimento, a identificação da problemática que envolve a pessoa LGBT e possibilitar um atendimento especializado e humanizado no universo de pessoas assistidas pelas políticas públicas assistenciais. O conselho com sua estrutura paritária participa de um diálogo permanente com o propósito de defender pautas relevantes de interesse público, como é característica dos conselhos.

Conselhos são instituições participativas permanentes, definidas legalmente como parte da estrutura do Estado, cuja função é incidir sobre as políticas públicas em áreas específicas, produzindo decisões (que algumas vezes podem assumir a forma de norma estatal), e que contam em sua composição com a participação de representantes do Estado e da sociedade civil na condição de membros com igual direito à voz e voto. O poder é partilhado entre representantes do governo e da sociedade, e todos assumem a tarefa de

propor, negociar, decidir, implementar e fiscalizar a realização do interesse público (TATAGIBA; TEIXEIRA, 2007 apud PONTUAL, 2008; CARVALHO, 1998).

Nesse sentido temos garantido empoderamento dos sujeitos LGBT nas lutas pela garantia de políticas públicas. Os resultados são desafiadores, porque passa não só pela garantia dos direitos, do enfrentamento da violência, da educação social para esclarecer a população; também tem o diálogo permanente nos grupos para contribuir com a humanização e aceitação da orientação sexual.

A nível local se tem observado o crescimento de suicídios da população LGBTI e nesse sentido é pauta constante das ações do Núcleo de Diversidade e Gênero da SEDEST, o combate a tentativa de suicídio. Com diálogo, acolhimento e encaminhamento psicológico, essa prática não pode ser subestimada, principalmente como prevenção a angústia e depressão na atualidade, o que pode salvar vidas.

O enfrentamento do suicídio precisa estar na pauta das políticas públicas, o Ministério da Saúde aponta como a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil. Quando ao público LGBT é mais assustador, pois segundo a revista científica americana "Pediatrics" o público LGBT tem seis vezes mais chance de cometer suicídio. Dados apontam que o risco de suicídio é 21,5% maior se essa população LGBT convive em ambientes hostis à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A intervenção social, o combate à violência e a militância por políticas públicas LGBT, caracterizam um trabalho desafiador no município de Juazeiro do Norte, essa realidade é ainda mais desafiadora diante dos enfrentamentos ideológicos na instância federal, onde o governo não tem sinalizado abertura para um diálogo com a militância LGBT. A sociedade civil tem reivindicado e criticado a política do atual governo que tem ameaçado as conquistas dos direitos LGBT.

4.1 A Caracterização dos equipamentos e projetos de inclusão na Assistência Social de Juazeiro do Norte.

Os movimentos sociais organizados da sociedade civil têm articulado com o poder público um diálogo permanente frente aos desafios para a garantia de direitos LGBT. que estão sendo construídas com a luta constante dos ativistas que frente à grande demanda da causa LGBT,

que vem de longe enfrentando uma pauta e se organizam para fazerem valer uma militância cidadã.

Assim, surgem instâncias para desenvolver ações e propor políticas públicas para a diversidade, principalmente voltadas à visibilidade da agenda LGBT no município de Juazeiro do Norte.

Uma dessas instâncias é o Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), de Juazeiro do Norte, que é formado por representantes da sociedade civil e do poder público, que vem atuando na lutar contra a intolerância, homofobia e o preconceito às diversidades e orientando as políticas públicas e propondo diretrizes voltadas para defesa e promoção dos direitos LGBT.

A outra instância é o Núcleo de Diversidade e Gênero da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho de Juazeiro do Norte – SEDEST. Que vem promovendo a educação para a diversidade, promovendo uma política pública de assistência social nos territórios do município de Juazeiro do Norte.

Na rede de equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho, o Núcleo de Diversidade e Gênero desenvolve suas ações, principalmente nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Com a identificação do público LGBT, são realizadas ações educativas, formações e vivências que promovem empoderamento e inclusão, com foco na promoção da garantia de direitos e combate à discriminação.

Os trabalhos desenvolvidos por essas instâncias municipais dialogam com a política nacional. Compreendendo que a população LGBT é vulnerável a LGBTfobia que caracteriza a violência sofrida pela população LGBT.

A concepção dos termos LGBTfobia, preconceito e violência é categórico para o entendimento da dinâmica sociocultural e política no cenário de vivência atual da população LGBT. Apesar de avanços na aceitação da homossexualidade, o debate sobre esse assunto é de grande relevância para se evidenciar quais são os tipos mais recorrentes de violência sofrida por esta população no Brasil, assim como os principais resultados e atitudes a serem tomadas acerca do tema. É nesse domínio que se analisa a vulnerabilidade da população LGBT, tendo em vista que este é um grupo alvo de inúmeras violações de direitos humanos, não só no Brasil, como no mundo (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Relatório de Violência LGBTfóbicas no Brasil, 2016, p.06).

O município de Juazeiro do Norte como já foi dito, é caracterizado por uma religiosidade popular histórica, apresenta uma população mista de nordestinos que foram fixando residência e formando uma cidade. A partir dos fenômenos miraculosos envolvendo a Beata Maria de Araújo e o Padre Cícero Romão Batista, fundador da cidade. O fenômeno conhecido

historicamente como “Milagre em Juazeiro” contribuiu para o crescimento demográfico através das romarias anuais em que milhares de pessoas, principalmente nordestinos visitam Juazeiro do Norte. Esse fluxo migratório fortaleceu a identidade religiosa do lugar, mas também miscigenou de etnias e culturas diferentes, com população flutuante e uma diversidade social marcante.

Atualmente a cidade cresce economicamente, com grande especulação imobiliária, passa pelo fenômeno da horizontalização e verticalização de habitações, os investimentos em grandes empresas e em obras públicas faz da cidade um destino procurado por muitas pessoas que vêm aventurar melhores condições de vida; Juazeiro se caracteriza como uma adolescente São Paulo; com identidade marcada pela diversidade cultural e muitos problemas sociais, tão próprio das cidades com potencial para metrópole. Com dados do IBGE a estimativa da população em 2018 foi de 271.926 pessoas, no último censo de 2010 eram oficialmente 249.939 pessoas; temos a estimativa de aumentar a população em mais de vinte mil pessoas em dez anos.

Então Juazeiro do Norte em toda sua complexidade, desde 2004 que a sociedade civil organizada, os militantes LGBT vem lutando por políticas públicas, desenvolvendo um projeto de militância pelos direitos humanos e que tem algumas conquistas e muitos desafios.

No histórico surgiram associações como a AADECHO – Associação de Apoio, Defesa e Cidadania aos Homossexuais, que realizou as primeiras paradas gays no município. Dados do Diário do Nordeste, edição de 02 de junho de 2005, noticiam que a segunda parada gay de Juazeiro do Norte reuniu cinco mil pessoas; depois outras entidades sugeriram como a GALOSC – Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri; Grupo VIDAH - Valorização do Indivíduo e Defesa do Aprimoramento Humano; MORHAN - Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase contribuíram muito na luta, realizando paradas gays, eventos para a cidadania e direitos humanos.

Na atualidade essas duas instâncias, o Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), de Juazeiro do Norte e o Núcleo de Diversidade e Gênero da SEDEST têm juntamente com a ABEMAVI - Associação Beneficente Madre Maria Villac fortalecido as ações pelos direitos LGBT.

Assim, as Políticas Públicas para a população LGBT no município de Juazeiro do Norte, tem sido articulada principalmente pelo Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), Núcleo de Diversidade e Gênero da Secretaria de Desenvolvimento Social e ABEMAVI - Associação Beneficente Madre Maria Villac. Os principais militantes da causa ocupam essas instituições, no equilíbrio entre governo e

sociedade civil, o que tem mostrado um enfrentamento dos desafios, e apesar das dificuldades, esse tripé tem realizado as principais ações para a visibilidade e conquista de direitos para o movimento LGBT.

Nos últimos três anos muitas ações foram realizadas, um calendário anual e trabalhos periódicos de assistência aos grupos LGBT, eventos de sociabilidade, orientações para a cidadania e militância para a visibilidade do orgulho LGBT.

As Políticas Públicas para a população LGBT embora tímidas, mas tem sido pela iniciativa do Conselho LGBT, do Núcleo de Diversidade e Gênero e da ABEMAVI que mesmo enfrentando falta de apoio e orçamento específico, buscam parcerias e desenvolve ações eficazes. São essas ações e seus impactos que discutiremos nesta pesquisa.

4.2 Conselho LGBT

Resultado da luta e militância LGBT, o Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) de Juazeiro do Norte é instituído pela lei Nº 4538, de 08 de outubro de 2015 e que é vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho.

O trabalho e militância dos conselheiros enfrentam resistência, pois Juazeiro do Norte forjada culturalmente como cidade religiosa, que na atualidade centraliza a Região Metropolitana do Cariri, apresenta números alarmantes de feminicídios e crimes de homofobia.

De acordo com lei Nº 4538 o conselho LGBT tem por objetivo propor, deliberar, contribuir na normatização e acompanhar e fiscalizar políticas públicas relativas aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais.

Então o conselho tem atuado com constantes e permanentes debates entre diversos setores do município cuja finalidade é a proposição de diretrizes que objetiva a defesa dos direitos de lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

A composição do Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) de Juazeiro do Norte é composto por dez membros, sendo cinco do Poder Público, e cinco da Sociedade Civil.

Representando o poder público, temos os assentos para titular e suplente dos seguintes órgãos: a Secretaria Municipal de Cultura e Romaria; a Secretaria Municipal de Saúde; a Secretaria Municipal de educação; a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e do Trabalho e a Secretaria de Segurança e Cidadania.

Representando a Sociedade Civil Organizada, as organizações ou coletivos com atuação na defesa e promoção dos direitos da população de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e

transexuais, com atuação devidamente comprovada, e exercida no município de Juazeiro do Norte, selecionado por meio de Fórum Eletivo. Os assentos para titular e suplente são assim representados: um representante de coletivos LGBT; um representante de entidades da sociedade civil que atuem na promoção dos direitos LGBT, desde que sem fins lucrativos; um representante de redes e movimentos sociais, de caráter municipal, com atuação na promoção, defesa ou garantia de direitos da população LGBT; um representante da comunidade científica, sendo de organizações estudantis, ou pesquisadores que desenvolvam estudos sobre a população LGBT; e um representante de instituições que atuem na promoção da Saúde LGBT.

O Conselho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) de Juazeiro do Norte, tem desempenhado um papel relevante, em acompanhar as políticas e deliberar para que o poder público possa fortalecer a atuação em prol da população LGBT no município.

5 METODOLOGIA

5.1 Problemática

Por considerar os temas voltados para a população LGBT ainda hoje ser um tabu no seio das famílias e até mesmo em uma sociedade que invisibilizam essas questões, é necessário em quanto acadêmica do curso de serviço social e até mesmo enquanto pessoa compreender como se dá o processo de construção do debate sobre gênero no Brasil, principalmente a realidade dos assistidos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS TIMBAUBA, no município de Juazeiro do Norte.

5.2 Definição da Pesquisa

A revisão bibliográfica, ou revisão de literatura, é a análise, meticulosa e ampla das publicações correntes em uma determinada área do conhecimento (TRENTINI; PAIM, 1999). A pesquisa bibliográfica explica e discute um tema com base em referências teóricas conteúdos científicos sobre o determinado tema (MARTINS, 2001)

Podemos somar a este acervo as consultas a base de dados, periódicos e artigos indexados com o objetivo de enriquecer a pesquisa. Este tipo de pesquisa tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI E LAKATOS).

Desta forma segundo os autores a cima, a pesquisa bibliográfica não é apenas uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mais sim, proporciona o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Demo (2000), completa dizendo que a ideia da pesquisa é de induzir o contato pessoal do aluno pesquisador com as teorias da leitura, levando a uma interpretação própria.

Neste estudo adotou como estratégias metodológica, a revisão bibliográficas, optou-se por usar a revisão narrativa que é um tipo de revisão de literatura pela possibilidade de acesso à experiências de autores que já pesquisaram sobre o assunto, segundo Silva et al (2002), e revisão narrativa não é imparcial porque permite o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros fizeram.

Quando iniciei minhas observações no grupo de Diversidade e Gênero do CRAS Timbaúba, havia em me muitas indagações, muitas dúvidas relacionados as intervenções as quais eram realizada pelos técnicos do referido grupo, lembro que quando adentrei no grupo, percebi que o mesmo era muito resistente, onde os assistidos oscilavam em suas participação, como se eles combinassem e faziam rodizio entre si, por exemplo, os quem vieram para o encontro em uma quarta feira, na próxima já viam os faltaram na anterior, e aquilo me entristecia.

Foi ai que levei minhas dúvidas para o técnico que estava afrente do grupo, e o mesmo me surpreendeu com um convite, na oportunidade o mesmo sugeriu que eu fosse a articuladora do grupo, visto que eu residia no bairro e já tinha vínculo com os assistidos, fiquei imensamente feliz, embora, inicialmente fiquei preocupada, contudo, aceitei o desafio e juntamente com os técnicos fomos a campo, e em tão pouco tempo formamos e fortalecemos o grupo, e pude conhecer histórias, e subjetividades que só esses momentos de fortalecimentos de vínculos poderiam me proporcionar.

Junto aos nossos assistidos realizamos muito momentos especiais, e um dele a festa das mães da diversidade, pois queríamos saber das mães o que mudou na vida de seus filhos com a intervenção dos profissionais do CRAS, foi um momento muito rico, ouvimos relatos brilhantes dessas mães, onde nas falas das mesmas, podemos perceber o quanto esses serviços salvam vidas, e transforma realidades, em quanto estagiaria de serviço social me senti a pessoa mais importante do mundo, pois pude contribuir de alguma forma na vidas dessas pessoas, que muitas vezes só necessitam que alguém as escute, de alguém que os abraçe, com o abraço que acolhe, com o abraço que a protege.

Na relação deste trabalho foi realizado uma revisão narrativa de literatura nacional sobre o tema proposto: **SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS: GRUPO DE DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO CRAS TIMBAÚBA- JUAZEIRO DO NORTE / CE**, visto que esta revisão possibilita sumarizar as pesquisas já concluídas e obter conclusões a partir de um tema de interesse. A revisão literária é descrita por Gil (2004) como sendo uma ação sobre material já produzido.

Trentini e Paim (1999, p68) afirmam que a seleção criteriosa de uma revisão e literatura pertinente ao problema significa formalizar-se com textos e, por eles, reconhecer os autores e o que eles estudaram anteriormente sobre o problema a ser estudado.

Acevedo e Nohara (2010), afirmam que a realização de uma pesquisa bibliográfica ocorre quando se há uma procura do assunto em questão em outros estudos anteriormente já explorados. Assim sendo, esse estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa, também do tipo bibliográfica, objetivando fazer uma revisão literária do tema em questão. Para tanto, busquei confrontar a realidade da instituição estudada com relação ao debate de gênero nos espaços sócio ocupacionais no grupo de discussão da diversidade sexual no CRAS Timbaúba, e como os mesmos está lidando com esse problema, com situações abordadas em artigos e livros, revistas e sites especializados que tratem do mesmo tema.

5.3 Objetivos

Geral

Compreender como se dá o processo de construção do debate sobre gênero no Brasil.

Específicos

- Discorrer sobre o percurso histórico do movimento LGBT e suas formas de enfrentamento;
- Analisar a cidadania como processo de mudança e transformação na luta pela diversidade; e
- Refletir sobre os desencadeamentos que se dão dentro do Serviço Social frente a resolutividade das demandas advindas das opressões de gênero.

5.4 Caracterização da Instituição da Pesquisa

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS TIMBAUBA, foi inaugurado no ano de 2008. O referido CRAS tem uma estrutura privilegiada, pois este equipamento foi

recurso do Governo Federal, por meio do projeto PROARES, que atendia a comunidade como Polo de Convivência com várias atividades culturais com crianças e adolescentes do referido bairro. Com o tempo, surgiu a necessidade de ampliar o atendimento no prédio, daí o antigo polo de convivência tornou-se CRAS, onde os atendimentos foram ampliados, com os atendimentos aos assistidos da Política do Sistema Único de Assistência Social.

O CRAS Timbaúba por se tratar de um equipamento de grande porte, por referenciar cinco mil (5.000) famílias, foi o escolhido para realização da pesquisa empírica, o mesmo atende à uma territorialização composta por seis bairro, a saber: Timbaúba, Leandro Bezerra, Pio XII, Limoeiro, Fatima e Juvêncio Santana, como também os bairros que hoje encontra como área descoberta. Esses bairro supracitados são considerados bairro que apresenta maior números de família que vivem em situação de vulnerabilidades, com situações adversas, que necessita do atendimentos dos Centro de Referencias de Assistência Social – CRAS, por possuir uma equipe completa, e por ser um equipamento que tem a característica de “A CASA DA FAMILIA”, Local onde perpassa toda a política de atendimento para a família. Vale ressaltar que esses bairros apresentados geralmente apresentam difícil acesso, com problemas de infraestrutura e saneamento básico, onde apresenta na sua maioria foram ocupados pelas invasões.

O objetivo principal do CRAS é o atendimento e acolhimento das famílias em situação de vulnerabilidade social, para o desenvolvimento delas e das comunidades por eles referenciadas por meio da oferta e articulação da rede de serviços socioassistenciais não a perspectiva de apoio mútuo e protagonismo de seus membros.

Os CRAS faz acolhimento e recepção de novos usuários em situação de vulnerabilidade; realiza cadastramento da família; atende às demandas da sua área de abrangência; realiza diversas orientações e encaminhamentos para os demais serviços oferecidos pela rede de serviços socioassistenciais; realiza atendimento psicossocial; faz atendimento individual por meio de entrevistas e visitas domiciliares; acompanhamento psicossocial em grupo através de palestras e oficinas e grupo sócio educativo com crianças, mulheres, idosos e adolescentes, grupo de Juventude e Diversidade, de acordo com a demanda local e finalmente realiza um trabalho de acompanhamento das famílias, as quais têm acesso a diferentes benefícios disponibilizados pelo equipamento. Além disso, segundo a sua coordenadora, faz atendimento e visitas domiciliares para a concessão do Auxílio Natalidade e do BPC. Além de todas essas atividades, o CRAS Timbaúba realiza o acompanhamento do PBF, contando para todo esse conjunto de ações com uma equipe técnica.

Com relação a estrutura o CRAS atende aos requisitos não só na estrutura física, o corpo de profissionais também faz toda a diferença, embora devido esse cenário de desmonte da política pública, e recorte nos repasse financeiro atualmente o equipamento está com uma equipe bem reduzida, o mínimo permitida pelo ministério no atendimento ao número de família referenciadas, a mesma é composta por uma coordenadora, 1 Psicóloga, 3 Assistente Social, 2 educadores físicos, 2 vigias, 1 porteiro, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 cozinheira, 1 recepcionista, 1 facilitador de artes, 6 educadores sociais.

Com relação aos grupos existentes e em pleno funcionamento temos o de Gestante, crianças de 03 a 05 anos, crianças de 06 a 09, de adolescentes de 10 a 13 anos, e de 14 a 17 anos, grupos de mulheres, Grupo de Idosos, grupo de Juventude e diversidade. Os encontros são semanais, distribuídos de acordo com a idade com duração média de uma hora cada, com orientações e intervenções sociais.

5.5 O Núcleo de Diversidade e Gênero de Juazeiro do Norte: resultados e discussões

Núcleo de Diversidade e Gênero da SEDEST, surgiu para fortalecer o Conselho Municipal em prol da população LGBT, o município de Juazeiro do Norte, juntamente com os demais órgãos competentes criaram o referido Núcleo supracitado.

Em 2017, se deu início as atividades de atendimento ao público LGBT no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João Cabral, e foi uma experiência exitosa de grande relevância, baseado no Programa de Atenção a Família – PAIF, seguindo a mesma dinâmica, em pouco tempo se viu a necessidade de estender o atendimento ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Frei Damião e Triângulo por se tratar de um público tido como “invisível”.

Até então no município de Juazeiro do Norte, não existia nenhuma política pública voltada aos jovens LGBT, com as dinâmicas lúdicas dos serviços prestados ao crescente número de assistidos, daí viu-se a necessidade de abranger o atendimento com este trabalho inovador de inclusão e de empoderamento dessa população em todos os Centros de Referencias de Assistência Social - CRAS do município.

As principais intervenções do Núcleo de Diversidade e Gênero da SEDEST é desenvolvido nos Centros de Referencias de Assistência Social – CRAS, que estão localizados nas áreas que apresentam maior vulnerabilidade social, as ações sugeridas pelo Núcleo na sua maioria são direcionadas para mulheres e homens Trans, gays e lésbicas, (como também

peessoas que identificam-se com o órgão genital de nascimento, tido como homens e mulheres CIS (Cisgênero), ou seja, os denominados Hetero).

O Núcleo de Diversidade e Gênero, atua com uma equipe interdisciplinar, com Assistentes Sociais, Psicólogos, Educadores Sociais, e quando necessário com as orientações do setor jurídico por meio do conselho LGBT local, contamos com a participação de estagiários do serviço social e psicologia, vale ressaltar as parcerias que o Núcleo tem com as universidades e faculdade locais

O Núcleo de Diversidade e de Gênero, vem com sua finalidade desde 2017 objetivando promover políticas públicas com referência na cidadania da população LGBT público prioritário Núcleo em questão, que vem se estruturando e crescendo de acordo com a sua realidade.

Por entender que se trata de um público que necessita de intervenções diferenciadas, o Núcleo dispõem de profissionais qualificados, que possuem habilidades própria do público assistido, onde na sua maioria são profissionais que se identificam e se intendem como gays, Lesbicas, homens e mulheres Trans, garantindo aos nossos público um atendimentos especializados e humanísticos, que vão abrangendo uma maior área de vulnerabilidade social, atualmente existem grupos formados com atividades semanais em quatro equipamentos da proteção social básica,

Vale ressaltar que além dos grupos formados só pelo público prioritário, pois não pessoas que apresenta um perfil adversos, que traz para esses momentos suas vivencias de uma sociedade que exclui, visibilizam e as vezes os matam, são pessoas na sua maioria analfabetos, profissionais do sexo, desempregados, apresentando todos os tipos de desestrutura familiar, pessoas que já passou ou está passando por uma depressão, pessoas estas vítimas das atrocidades de uma sociedade desumana.

O Núcleo desenvolve juntos aos demais grupos existentes nos equipamentos oficinais e rodas de conversas, uma vez que este público prioritário também se faz presente nos demais grupo, dessa forma trabalhamos a inclusão dos mesmos, para que não haja uma segregação do público. por se tratar de um público que precisa de um olhar diferenciado, em alguns equipamentos esse público vem oscilando, necessitando semanalmente de uma busca ativa mais continua, contudo, vale salientar, que percebe-se um empoderamento significativo na vida desses jovens tão carentes do nosso município, embora compreende-se que existe muito ainda por fazer, a meta é implementar grupos de atendimento em todos os equipamentos de inclusão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – SEDEST.

Com atividades socioeducativas, no combate a homofobia sempre enfatizando uma cultura de paz e respeito ao ser humano no âmbito do Programa de Proteção Social Básica, é que o Núcleo de Diversidade e de Gênero começa a vislumbrar e vivenciar o crescimento holístico desse público e de suas famílias, com observância sempre no desafio da excelência na prestação do serviço.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disciplinas cursadas, de todos os trabalhos desenvolvidos desde os semestres iniciais do curso sobre o público LGBT, a participação em congressos, encontros, seminários e rodas de conversa e, o aprendizado produzido através dos campos de estágios contribuíram e muito para embasar a construção deste TCC.

Esse processo possibilitou apreender os movimentos de constituição sócio-histórica da profissão, frente a sua trajetória de ruptura com conservadorismo e à construção de um Projeto Ético-Político Profissional ao lado da classe mais oprimida e de segmentos sociais oprimidos. Nesse sentido, através do conhecimento teórico-prático e ético-político, pôde-se tomar como posicionamento a leitura crítica de análise da realidade social, de modo a desvelar os rebatimentos da questão social que se colocam como objeto de intervenção profissional para os e as assistentes sociais.

Nesse contexto, destaca-se as vastas experiência e aprendizado que tive com os mais variados tipos de profissionais junto aos espaços sócio- ocupacionais em que se inserem os e as assistentes sociais, frente aos quais se incluem as políticas de assistência social, de saúde e de direitos humanos.

Diante desses espaços, pôde-se compreender a importância estratégica do trabalho interdisciplinar e da intersetorialidade para efetivação da integralidade dos sujeitos que acessam as políticas públicas. Embora não tenha sido aprofundada esta discussão no desenvolvimento deste trabalho, é preciso cada vez mais reconhecer a necessidade da intervenção conjunta com outros profissionais e com a rede de políticas públicas para assegurar a defesa dos direitos humanos. Além disso, salienta-se que o Estágio Curricular no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS TIMBAUBA, com as orientações do Núcleo de Diversidade e Gênero, assegurados pelo Conselho LGBT do município de Juazeiro do Norte.

O CRAS foi o local onde se conheceu as principais demandas sociais da população LGBT – manifestou desafios e possibilidades de intervenção, mesmo diante das dificuldades estruturais observadas neste espaço público-estatal, enquanto um serviço de referência em

direitos humanos ao público LGBT no município de Juazeiro do Norte – Ceará.

Como limites evidenciados na discussão sobre a temática o **SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS: GRUPO DE DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL**, aponta-se a contradição frente à universalidade dos direitos humanos na ordem capitalista, uma vez que, conforme explicita Barroco (2008), a garantia universal desses direitos esbarra em entraves reacionários impostos no sistema vigente. Por isso, a perspectiva sócio-histórica dos direitos humanos enquanto direitos advindos das lutas sociais devem considerar como análise a totalidade social e as contradições inscritas nesta esfera, pois a gênese dos direitos humanos na Modernidade surge a partir de princípios liberais da Revolução Francesa e, a partir disso, a classe dominante passou a imprimir nos direitos humanos valores burgueses que se contradizem. Por outro lado, na contramão à lógica do capital, ressalta-se que o que assegura a luta pela universalidade dos direitos humanos são as lutas de classes, as pressões populares e os movimentos sociais articulados e todas as formas de resistências que visam combater e superar os princípios dominantes instalados pela burguesia, os quais hoje são reafirmados na conjuntura neoliberal.

Ainda quanto às limitações identificadas neste processo, salienta-se o escasso debate referente à temática apresentada sobre os movimentos sociais LGBT no Serviço Social, uma vez que apenas nos últimos anos evidenciaram-se poucas publicações da categoria profissional neste campo.

Ao longo deste estágio pude desfrutar de muitos eventos, como seminários, simposios, rodas de conversas, formações, e pude perceber que não há muita explanação sobre a questão da diversidade sexual nesses espaços, saliento aqui a necessidade de maior aprofundamento dessa categoria profissional para estas questões, que poderíamos fomentar mais na produção de conhecimento do Serviço Social desenvolvendo o debate frente às questões de gênero e sexualidades não só em produções de artigos, mas também em outros meios de diálogo com a categoria como oficinas, campanhas, seminários, entre outros, que visam aprimorar a formação profissional dos/as assistentes sociais nos processos de mediações.

Em relação às perspectivas traçadas ao longo da consolidação deste trabalho de conclusão, ressaltam-se as possíveis contribuições teóricas para fomentar a produção de conhecimento frente a presente temática, a qual manifesta uma discussão profícua acerca do movimento social LGBT em articulação com o Serviço Social e a cultura em direitos humanos. Nesse sentido, este trabalho expressa o compromisso com a análise dos fundamentos sócio-históricos dos direitos humanos na perspectiva crítica, assim como demonstra o panorama histórico da trajetória de luta do movimento LGBT, contribuindo para reflexão sobre as

mediações diante do acolhimento junto a esta população, no que condizem as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais orientam o exercício profissional em que se inserem os e as assistentes sociais.

Diante dessas perspectivas, evidencia-se que os objetivos delineados para materialização deste trabalho puderam ser alcançados, quais sejam: o aprofundamento frente à história social dos direitos humanos e do movimento LGBT; a identificação das violações de direitos que caracterizam a homofobia no Brasil e; o resgate da produção de conhecimento, dos debates e das experiências interventivas sobre a cultura em direitos humanos e os movimentos LGBT no âmbito do Serviço Social.

Acrescenta-se como aprendizado essencial deste estudo, que o preconceito e discriminação contra LGBTs se sustenta devido a uma superestrutura ideológica dominante que se alicerça na base econômica do modo de produção capitalista, a qual se reitera através do conservadorismo neoliberal. Ou seja, os padrões sociais, as ideias e os valores de sociabilidade da burguesia, incidem sobre os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de diversos grupos sociais, imprimindo a opressão sobre tais grupos. Esse cenário reflete diretamente na vida da população LGBT, através dos atos de homofobia, transfobia, lesbofobia e bifobia, principalmente no cenário atual.

Contudo, tendo em vista a compreensão de Yamamoto (2000), a qual refere que as manifestações da questão social são desigualdades, mas também expressam rebeldia, evidencia-se que a via emancipatória dos movimentos sociais LGBT são um meio educativo e combativo imprescindível no enfrentamento desse cenário homofóbico. No entanto, para efetivar essa estratégia, esses movimentos precisam estar articulados em suas lutas sociais coletivas, sem se isolarem da questão de classe, considerando que dentro dela há suas especificidades de gênero, diversidade e questões étnico-raciais. Neste enfoque, é possível lutar por uma nova ordem societária, sendo esta a matéria do projeto profissional vigente defendido pelo Serviço Social, o qual se alia aos projetos coletivos.

Em vista disso, o processo de formação profissional e as reflexões aqui instigadas não se findam neste Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que as múltiplas determinações sociais que se inserem no movimento dialético da totalidade social, explicitam a necessidade de sucessivas aproximações diante das presentes transformações societárias. Estas considerações traduzem os limites, as perspectivas e as contribuições deste trabalho para a produção de conhecimento relacionada ao Serviço Social, direitos humanos e movimento LGBT, afirmando o posicionamento contra-hegemônico na defesa de novos modos de sociabilidade que, contrapostos às normas estabelecidas pelo capital, tenham em seu horizonte

a plena emancipação social, política e humana dos sujeitos coletivos.

Ao finalizar este Trabalho de Conclusão de Curso, outras indagações e inquietações emergem, mas frente a tudo isso, ressalta-se que as questões evidenciadas neste trabalho contribuíram para o processo de habilitação profissional como futura assistente social e, ainda, fomentaram o engajamento frente às lutas sociais pela defesa dos direitos humanos tanto da classe trabalhadora como dos grupos subalternos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT – **Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Documentos e Publicações. Disponível em: <http://www.abgl.org.br/port/homofobia.php>. Acesso em 4 de setembro 2019.

ANTUNES, K. C. V. **Uma leitura sociológica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da Educação Inclusiva**. 2007. 98 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jul. 1999.

BARROCO, Maria Lucia. **O significado sócio Histórico dos Direitos Humanos e o Serviço Social**. In: Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho. Palestra apresentada na mesa Conflitos Globais e a violação dos Direitos Humanos: a ação do Serviço Social. Salvador, 2008. Disponível em <http://www.cfess.org.br/pdf/maria_lucia_barroco.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2019;

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos/das Assistentes Sociais**. Aprovado em 15 de março de 1993. Brasília, 1993. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf> Acesso em 18 de agosto de 2019.

BRASIL. **A garantia no acesso à política de Direitos Humanos: uma luta pelo reconhecimento sociopolítico do público LGBT**. Projeto de intervenção elaborado para avaliação parcial da atividade de ensino “Estágio Curricular em Serviço Social II e III”. Porto Alegre, UFRGS, 2013c. 28 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica: NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília (DF), 2005;

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília (DF), 2004;

_____. (2004). **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUASsem%20marca.pdf>. Acesso em 01 de set. de 2019;

_____. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República**, 2009b. Disponível em: <<http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>>. Acesso em 14 de agosto de 2019;

_____. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República**, 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso 13 de abril de 2015;

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Data de acesso: 12 de abril de 2019.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

_____. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde**. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em:<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Data de acesso: 14 de maio de 2015;

_____. Brasília (DF): Ministério da Saúde. **CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO**. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. 2004. Disponível em:http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 11 setembro de 2019;

_____. Política de Assistência Social. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade**. Sexualidade, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, 2011;

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos**. Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: superando as desigualdades. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/aa_doutrina/textobas-e-cndh.pdf>. Data de acesso: 23 de agosto de 2019;

_____. **Decreto nº 7.037**, de 21 de dezembro de 2009. **Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3** e dá outras providências. 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm >. Data de acesso: 10 de setembro de 2019;

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;**

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Apresentação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. In: Institucional.** 2015a. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/acesso-a-informacao/institucional>>. Data de acesso: 14 de agosto de 2019;

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CANABARRO, Ronaldo. **HISTÓRIA E DIREITOS SEXUAIS NO BRASIL: O MOVIMENTO LGBT E A DISCUSSÃO SOBRE A CIDADANIA. Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional (2013),** Universidade de Passo Fundo Rio Grande do Sul, 2013.

CANABARRO apud MOTT, Luiz. **A construção da cidadania homossexual no Brasil.** Revista Espaço Aberto. Democracia Viva, n. 25, p. 98–103, jan./fev. 2005. Disponível em: http://www.observatoriodeseguranca.org/files/ibasenet_0.pdf . Acesso em: 5 de setembro 2019.

CERQUEIRA, Ivan de Carvalho. ABC dos Direitos Humanos. JH MIZUNO EDITORA. São Paulo, 2019.

CFESS. O amor fala todas as línguas - **Assistente Social na luta contra o preconceito.** In: CFESS Manifestação, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta_>. Acesso em 20 de agosto de 2019;

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 13, 2010, Brasília. **Lutas Sociais e o Exercício Profissional no contexto da Crise do Capital: mediações e a consolidação do Projeto Ético- Político Profissional. Anais. Brasília.** Comissão Organizadora; Disponível em:<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>. Acesso em 13 setembro de 2019.

CRAS. Centro de Referência de Assistência Social. **Regimento Interno.** Timbaúba, Juazeiro do Norte – CE.

HUNT, S. (1997). **Definindo qualidade de vida: a importância prática da clareza conceitual;** Questões técnicas, éticas e interpretativas. Monitor MOT, 2 (2), 9-12.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34 ed. – São Paulo. Cortez, 2011;

LIMA, Marcio da Silva. **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO QUE TRATAM DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA AMÉRICA LATINA: Um Estudo sobre Brasil e Uruguai.** 2016. Dissertação (Mestre em Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco) - Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru- PE, 2016;

Disponível em
:https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/24257/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20M%C3%A1rcio%20da%20Silva%20Lima.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2019;

LIMA, Ana Paula Soares. **Educação e cultura: aspectos desenvolvidos pela professora Albertina Brasil em Sergipe. Universidade Federal de Sergipe.** São Cristóvão, SE: 2012. Disponível em < file:///C:/Users/%C3%82ngela/Downloads/monografia%202012%20-%20Ana%20Paula.pdf >. Acesso em 30 de outubro de 2019.

MARCONI; LAKATOS. **PESQUISA SOCIAL: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE.** Petrópolis, Rio de Janeiro.: EDITORA VOZES, 2002. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf acesso em: 13 de setembro de 2019;

MARTINS, G. A. & Pinto, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos,** São Paulo: Atlas, 2001.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. **“Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades”.** Cadernos Pagu, v. 39, p. 403-29, 2013.

MOTA, Ana Elizabete e et al. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico- Metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** MOTA, Ana Elizabete e et al. (org) In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO. José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós64.** 16º Ed. São Paulo: Cortez, 2008;

SEMINÁRIO pela Cidadania LGBT (6. 2009:Brasília). **VI Seminário pela Cidadania LGBT – Brasília.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

SILVA, I. et al. **Qualidade de vida e complicações crônicas da diabetes.** Anál Psicol. 2002; XXI(2):185-94.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça.** São Paulo: Cortez, 2003;

SOUZA, O, M.; DOMINGUES, A. **Emancipação política e humana em Marx: alguns apontamentos.** *Revista eletrônica arma da crítica.* n. 4, p. 67- 81, 2012;

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisas Científicas na modalidade convergente assistencial.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.